



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XIII

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 2024

Nº 158

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2408
SECRETARIA-GERAL.....	2411
ADVOCACIA-GERAL	2412
SECRET. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	2414

TAQUIGRAFIA

26ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 20.08.2024

INÍCIO: 15h11min

PRESIDENTE: SR. CIRONE DEIRÓ
SR. JEAN MENDONÇA

SECRETÁRIO: SR. JEAN MENDONÇA
SR. ALAN QUEIROZ
SR. EZEQUIEL NEIVA

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 26ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Quero, antes de solicitar ao Senhor Secretário a leitura da Ata, cumprimentar os nossos colegas deputados aqui presentes, Deputado Jean Mendonça, Deputado Alan Queiroz, Deputada Ieda, Deputado Pedro

Fernandes, Deputado Jesuino Boabaid. Está conosco aqui também o Deputado Jean Oliveira, além dos demais deputados que estão trabalhando de forma remota. Os nossos cumprimentos à imprensa, que está sempre aqui dando total apoio, os nossos servidores da Assembleia Legislativa e às pessoas aqui da nossa plateia. É sempre uma satisfação tê-los aqui conosco nesta tarde.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. JEAN MENDONÇA (Secretário ad hoc) –
Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.
Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ – Registrar a presença do nosso Secretário Luiz Paulo, Secretário de Agricultura do Estado. Seja bem-vindo, meu líder. Em seu nome, cumprimento todos que estão nos acompanhando da galeria.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Senhor Secretário. Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada. Quero aqui cumprimentar o nosso Secretário de Agricultura do Estado, o senhor Luiz Paulo, que está fazendo um belíssimo trabalho no Estado de Rondônia, sempre valorizando os nossos produtores rurais, a agricultura familiar, a nossa grande indústria aqui do Estado, que é o homem do campo.

Quero cumprimentar também o Major Lucas, o nosso Diretor de CTPM I (Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Rondônia, Unidade I). A primeira escola cívico-militar aqui do Estado de Rondônia tem um índice de aprovação gigantesco aqui no nosso Estado. Parabéns, Major Lucas, a toda a sua equipe e ao corpo docente dessa escola que representa todas as CTPM's aqui do Estado de Rondônia. Satisfação tê-lo aqui conosco.

Questão de Ordem, Excelentíssimo Deputado Luizinho Goebel.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Cumprimentar também o nosso Prefeito Pavan, do município de Alto

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ
1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA
2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL
1º Secretário: CIRONE DEIRÓ
2º Secretário: JEAN MENDONÇA
3º Secretário: NIM BARROSO
4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais - Whisraniely Alves do Nascimento

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



Paraíso, e a nossa Primeira-Dama, Dona Teresa. Bem-vindo. Em nome do senhor cumprimento todas as pessoas que nos visitam e, em nome da senhora Dona Teresa, cumprimento todas as mulheres servidoras aqui da Assembleia Legislativa. Muito obrigado pela honrosa presença de vocês.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Luizinho. Seja bem-vindo, Prefeito João Pavan. Eu tenho um parceiro meu, Geraldo, aqui de Candeias, que tem parentes lá em Alto Paraíso. Seja bem-vindo aqui na nossa Casa.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura do Expediente recebido.

O SR. RIBEIRO DOSINPOL (Por videoconferência) – Presidente, registra a presença do Deputado Ribeiro do Sinpol, por gentileza.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Registrar a presença do Deputado Ribeiro do Sinpol.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) - Registrar a presença do Deputado Affonso Candido, por favor.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Registrar a presença do Excelentíssimo Deputado, futuro prefeito de Ji-Paraná, Affonso Candido.

O SR. JEAN MENDONÇA (Secretário ad hoc) – Proceda à leitura do Expediente recebido a seguir:

EXPEDIENTE RECEBIDO

1 - Mensagem nº 179/2024 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 168, de 27 de dezembro de 1999".

2 - Ofício Circular nº 27/2024 – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, encaminhando Relatório de Segurança de Barragens 2023 – RSB 2023.

3 - Ofício nº 17654/2024 – Departamento Estadual de Trânsito – Detran, informando sobre o Convênio de Sinalização com o Município de Chupinguaia-RO.

4 - Ofício nº 4053 – Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – Seas, informando sobre a sabatinada dos candidatos ao cargo de Perito do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura de Rondônia.

5 - Ofício nº 5113 – Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – Seas, encaminhando Relatório do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura de Rondônia referente ao período de 2018 a 2023.

6 - Gabinete da Senhora Deputada Dr^a Taíssa, encaminhando justificativa de ausência da Sessão do dia 20 de agosto de 2024.

Expediente lido, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Excelência. Somente esse Expediente? Obrigado, Secretário.

Passaremos às Breves Comunicações. Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, Excelentíssimo Deputado Alan Queiroz, representando a nossa capital e o Estado de Rondônia.

O SR. ALAN QUEIROZ - Excelentíssimo Senhor Presidente, meu amigo pessoal, pessoa pela qual tenho grande apreço, tem feito um grande trabalho pelo Estado de Rondônia, o nosso Presidente Cirone Deiró.

Quero cumprimentar também a nossa Mesa, em nome do nosso Deputado Jean Mendonça, nosso Secretário nesse momento, da Mesa. Cumprimentar nossos colegas que estão aqui em plenário e os que nos acompanham de forma remota.

Cumprimentar, mais uma vez, o nosso Secretário, um amigo pessoal também, Secretário Luiz Paulo. Parabenizar, Luiz, pelo trabalho, o quanto nosso Estado tem crescido na agricultura, na nossa economia mais forte que tem alavancado o nosso Estado de Rondônia. Os cumprimentos também, em nome do Prefeito João, pela gestão e pela parceria também que fizemos por muito tempo ali no município e isso quem ganha é a população, sem dúvida, de Alto Paraíso.

Quero cumprimentar todos que nos acompanham na plenária, nossos servidores, senhoras e senhores.

Presidente, o que me traz hoje na tribuna e, eu confesso, esperava que não tivesse que utilizar a tribuna para voltar a falar, novamente aqui, sobre um tema que tem tirado o sono de tantos rondonienses, de tantos deputados estaduais. Em especial, deste deputado que está falando neste momento, por ser um deputado ligado também à saúde do Estado de Rondônia e à saúde dos nossos municípios.

Infelizmente, é uma pasta problemática. É uma pasta que há muito tempo a gente espera melhoria, espera pelo menos um sinal de melhora e, infelizmente, não percebo que o nosso Secretário atual, Coronel Jefferson, pessoa a qual tenho um carinho, um apreço. Mas, ao meu entendimento, a forma que está conduzindo essa gestão na saúde não tem avançado; pelo contrário. No meu entendimento, consegui ficar ruim aquilo que já era horrível. A saúde de Rondônia está indo realmente para um caminho onde eu vejo muita dificuldade de sair, que é o fundo do poço. Tenho feito, Senhor Presidente, alguns requerimentos de informações que chega a gente a toda hora, pedido, solicitação de apoio, cotinha em WhatsApp para fazer cirurgias de pessoas que estão há tanto tempo esperando uma oportunidade de fazer uma

cirurgia no serviço público.

Chegou uma informação que eu solicitei na Sessão passada e estou solicitando agora também, sobre a regulação de ressonância dos exames de diagnóstico. Pasmem os senhores, eu quero confirmar essa informação, que aproximadamente 15 mil pessoas estão esperando um procedimento como esse no serviço público.

E aqui eu quero fazer diretamente à equipe, à gestão do nosso Secretário Jefferson. Que, realmente, Deputado Luizinho, possa mostrar a que veio. Possa mostrar um sinal. Quero que traga aqui para o plenário desta Casa o planejamento dos R\$ 200 milhões que nós aprovamos aqui, salvo engano na Sessão anterior, do remanejamento do que estava disposto já em orçamento para a construção do Heuro. Será transformada em cirurgias, em aplicação na saúde? Que apresente nesta Casa um planejamento para execução desses R\$ 200 milhões. E eu quero aqui contribuir com algumas sugestões para melhoria da saúde do nosso Estado.

Cirurgias ortopédicas estão também a todo momento Deputado Pedro, pessoas solicitando da gente uma ajuda. E a gente não pode furar fila. A gente tem que fazer o quê? O nosso papel de fiscalização e apresentar aqui sugestões para que melhore esse serviço. E aqui eu quero sugerir. O governo tinha anunciado a possibilidade, através da gestão do Coronel Jefferson, a compra de um hospital, que eu não sei se andou se não andou. Mas aqui vai o primeiro ponto que eu quero abordar. Na compra que fizemos na época da pandemia, que estávamos aqui ainda nesse período, enquanto deu resultado conseguimos comprar um hospital que hoje funciona e tem funcionado bem o Hospital de Campanha com relação a algumas pequenas cirurgias. E a nossa sugestão é: tendo recursos, além desses R\$ 200 milhões que nós aprovamos aqui já tinha R\$ 50 milhões no caixa do Estado de repasses do Tribunal de Contas na época de superavit, foi revertido para o Estado para que fosse investido também na compra de um hospital ou na reforma do João Paulo II ou algo do tipo. E nada disso aconteceu.

Quero aqui sugerir que o Estado possa comprar mais um hospital com esse recurso. Já pronto e a gente possa transferir todas as cirurgias ortopédicas, que hoje o maior problema dentro João Paulo II, Deputado Cirone, são os traumas, oriundos de acidentes, principalmente acidentes com moto: 50% a 70% hoje de lotação do João Paulo II são fraturas, são cirurgias ortopédicas que precisam ser feitas. Que se compre mais um hospital para a gente colocar somente traumas. Tudo o que for trauma, se estrutura esse hospital com compra de equipamentos, compra de insumos. Algo que eu também tenho solicitado aqui de informações, que chega para gente que há muito tempo a saúde não tem conseguido comprar sequer instrumentos, sequer placas para estabilização nas cirurgias ortopédicas.

Então, como que a gente quer fazer cirurgia se não consegue comprar nem o material que se consiga fazer cirurgias? Então, aqui vai a nossa primeira sugestão

para que se compre mais um hospital para que o serviço público possa fazer essas cirurgias para a população que não tem condição de pagar as cirurgias ortopédicas. Com isso a gente consegue, tirando 50% do que hoje a gente faz no João Paulo II, você conseguiria acomodar os outros 50% do que faz o João Paulo dentro da estrutura que já está o João Paulo. E a gente consegue deixar metade dessa estrutura sem funcionamento para gente começar uma obra lá no João Paulo II.

Vários municípios têm conseguido fazer suas obras. Município que eu visitei agora recentemente, Governador Jorge Teixeira, com um recurso desse tamanho conseguiu reformar todo um hospital que está atendendo bem a população. Se um município consegue, por que a gente não consegue com tanto recurso no caixa?

Suspende lá 50% do que hoje é feito no João Paulo, transfere para esse hospital novo fazendo trauma, tira o trauma do João Paulo. E 50% da estrutura física ali, para ela, começa uma obra. Finalizou aquela obra? Transfere para essa obra nova e finaliza os outros 50%. E não para o João Paulo, que não pode parar. Muita gente fala mal do João Paulo, mas eu João Paulo não pode parar. Se o João Paulo parar acabou.

Outra coisa, Senhor Presidente, chegou algumas denúncias ao nosso gabinete que a vontade da gestão de saúde é que chegue, realmente, no colapso para que volte o olhar para terceirizações de tudo. E isso é preocupante. Eu como servidor público não posso deixar que isso aconteça sem a gente ter um olhar vigilante a isso. Se está deixando colapsar para de última hora fazer uma contratação de urgência para terceirização, isso é um problema.

Dentro do quadro da saúde nós temos os melhores profissionais. Os melhores profissionais estão concursados dentro do Estado. Estão lá dentro do João Paulo, estão dentro do Hospital de Base. Só que não estão sendo utilizados como deveria. Por quê? Porque não tem gestão, não tem equipamento para poder realizar os procedimentos. É isso que está acontecendo. E dizer: os nossos médicos estão também esperando, aguardando, que várias vezes já procuraram a gestão para discutir a questão salarial. Os nossos médicos hoje são capacitados, bons profissionais e que a gente daqui a pouco vai estar perdendo esses profissionais para outros Estados. Por quê? Porque não sentam para discutir uma melhoria salarial para esses profissionais.

E eu quero aqui, Senhor Presidente, já para encerrar a minha fala, que eu sei que esse Expediente, a gente não tem tanto tempo para poder discutir mais sobre esse tema. Mas eu tenho aqui um trabalho que foi executado pelo próprio Governo do Estado de Rondônia, pela Controladoria-Geral do Estado — CGE. E eu quero fazer uma pergunta diretamente aqui aos gestores da saúde: o que têm feito após as recomendações feitas pela própria Controladoria-Geral do Estado?

Ela aponta no estudo recomendando: recomenda-se maior planejamento e controle nas contratações evitando a continuidade de grande volume de contratos

emergenciais. O que está sendo feito para atender essa recomendação? Outro: recomenda-se que elabore e coordene a contratação de empresas especializadas na confecção de manuais e fluxo de processos para a gestão de contratos e pagamentos, com o objetivo de orientar as empresas prestadoras de serviço e equipe de trabalho garantindo a eficiência. Se recomenda é porque não está tendo eficiência. Integridade e transparência nos processos. E isso aqui é preocupante.

Volto a frisar: após aqui a resposta dos ofícios que nós colocamos, vamos estar avaliando o que foi também levado ao nosso gabinete de denúncias para saber se realmente o interesse é em terceirizar os serviços de saúde completo do Estado de Rondônia.

Os manuais devem conter procedimentos a serem adotados em todos os processos e em caráter de urgência em processos de grande volume financeiro. Recomenda-se ainda treinamento para gestores e fiscais de contratos com finalidade de melhoria no controle e fiscalização de contratos. Recomenda-se ainda que otimize mecanismos de controle de orçamento que promovam o acompanhamento contínuo da execução orçamentária de forma que passem ser detectados tempestivamente desvios que possam comprometer a execução e promova as ações necessárias para o satisfatório desenvolvimento e execução de seus programas e ações para o fiel alcance de seus objetivos e atingir as metas.

Enfim, a própria gestão está conseguindo mostrar que a gestão da saúde vai muito mal. E a gente não pode se calar, Deputado Pedro. Nós somos fiscalizadores do povo e eu não aguento mais tanta reclamação onde a gente vai. Todos os municípios, não há um momento sequer que a gente vá ter uma reunião, uma visita que não tenha um questionamento, uma crítica com a saúde. Sou defensor do Governo do Estado, sou vice-líder do Governo do Estado. Não pretendo aqui sair da base do governo, mas eu não posso me calar diante de tanta necessidade do povo de Rondônia clamando por mais saúde.

Muito obrigado. Tenham todos uma boa tarde.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Alan.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Boa tarde. Presidente, Deputada Dr^a Taíssa. Por favor, registrar minha presença, por gentileza.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Registrar a presença da Excelentíssima Deputada Dr^a Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Obrigada, meu Presidente de Cacoal. Que Deus abençoe.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado. Quero parabenizar a fala do Excelentíssimo Deputado Alan Queiroz cobrando da Secretaria de Estado providências para que nós possamos dar dignidade, atendimento

a nossa população do Estado de Rondônia. Essa população que acreditou nesse Estado, acredita nesse Estado. Um Estado que cresce 7% ao ano, Deputado Pedro Fernandes, precisa ter esse atendimento digno a essas pessoas. Qualidade no atendimento. Nós ouvimos o relato do Excelentíssimo Deputado, pessoas com 90 dias na fila. Então, tem que acabar essa hotelaria. Nós precisamos, sim, ter atendimento a essas pessoas no tempo certo, com dignidade e, acima de tudo, com eficiência.

Quero franquear a palavra ao Excelentíssimo Deputado Luizinho Goebel lá do Cone Sul, da cidade de Vilhena. Nosso decano desta Casa.

A SRA. ROSANGELA DONADON (Por videoconferência) - Por gentileza, registra a minha presença. Deputada Rosangela Donadon.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Registrar a presença da Excelentíssima Deputada Rosangela Donadon.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Senhores pares, cidadãos que nos visitam, a imprensa. Ouvindo aqui a fala do Deputado Alan Queiroz, e pudemos ver, há poucos dias, em rede nacional, Rondônia sendo destaque como tendo o pior hospital de urgência e emergência do Brasil. Repetindo, o pior hospital, de responsabilidade de um Governo do Estado, do Brasil.

E por diversas vezes nós falamos nesta Casa, e quando eu falo diversas, diversas vezes nesta tribuna e também na Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, de uma sugestão que nós demos ao Governo do Estado para a construção de novos hospitais. Porto Velho é a única capital brasileira que não tem um hospital municipal, mas também atestado pela mídia nacional é Rondônia que tem na capital Porto Velho o pior hospital de urgência e emergência do Brasil.

Então, nós precisamos urgentemente dois hospitais em Porto Velho. Um hospital que o Governo do Estado possa construir, equipar e entregar para o Município de Porto Velho. Um segundo hospital de urgência e emergência para substituir o atual João Paulo II. Precisamos de um hospital regional de grande porte na região de Jamari, mais na cidade de Ariquemes.

Precisamos começar a pensar em um hospital na capital do café, na região do café, na cidade de Cacoal, por quê? Porque hoje o hospital de urgência e emergência que nós temos em Cacoal está emprestado para o Governo do Estado. Foi construído por iniciativa do Padre Franco, com a contribuição de milhares de pessoas, poucos recursos do poder público e foi cedido temporariamente para uso do Governo do Estado, onde hoje se atende 32 municípios de Rondônia, através da Macro II. A saúde de Rondônia é dividida em duas regiões, macrorregiões: a capital e o interior, parte do interior, com esses 32 municípios. Mas esse tempo vai passando e daqui a pouco a gente não sabe se essa cedência desse hospital, se esse empréstimo, vai

continuar. Então, precisa-se pensar em construir um grande hospital de urgência e emergência em Cacoal. Precisamos, na região da Zona da Mata, de um novo hospital. E precisamos também na região do Cone Sul, para atender os sete municípios do Cone Sul, um novo hospital na cidade de Vilhena.

E quando eu falo isso, estou falando de seis novos hospitais. Os hospitais, os municípios não têm condições de construir um hospital de grande porte. E o governo tem condições, e essa é a proposta. Por isso que eu quero falar que quando a gente quer e tem jeito, é possível de se fazer.

E a proposta que eu apresento aqui há anos e anos a fio, é que o Governo do Estado deveria comprar um projeto para alguma das empresas, e eu quero até citar algumas empresas que tem know-how para construir essas obras.

O complexo das usinas de Jirau e Santo Antônio. Fizeram duas usinas com menos de dez anos. Tem condições de fazer hospitais. A JBS vai fazer um frigorífico, faz com muito pouco tempo. Aí temos vários devedores de tributos no Estado de Rondônia, grandes empresas, elas poderiam fazer isso como contrapartida para pagamento dos seus tributos.

E o Estado poderia comprar os projetos, analisar os projetos, mandar essas empresas executarem as obras e entregarem de chave na mão do governo para que o Governo do Estado pudesse levar mais dignidade para as famílias de Rondônia.

Se não bastasse só isso, nós podemos citar outras empresas, que são rondonienses e que também têm essa condição, de construir os hospitais. Vou citar duas grandes empresas: Ciclo Cairu e grupo Irmãos Gonçalves. Que vão fazer um mercado, um grande supermercado, ou vão construir uma ampliação da empresa, rapidamente. Eles têm condições de fazer.

Então, por que não nós pegamos parte dos tributos que essas empresas e indústrias pagam e eles fazem hospitais, porque isso sim seria benéfico para o Estado de Rondônia. Mas infelizmente o Governo insiste ao fracasso. Por quê? Várias tentativas já fizeram para construção de hospitais, compraram hospital, até o Deputado Alan citou aqui, mas eu não vejo como uma saída comprar um outro, já temos os hospitais ultrapassados, vamos comprar outros ultrapassados?

Então o importante é fazer novo. E tem condições de fazer obras com menos de três anos entregar um hospital desse pronto. Exemplo disso é na cidade de Vilhena, foi construído o Hospital Cooperar com menos de 36 meses. Um hospital extremamente moderno, muito bem equipado com um tamanho muito bom e isso nós poderíamos fazer aqui no Estado também.

Então, nós apelamos ao governo que deixe esse legado ao povo de Rondônia porque não é possível nós morarmos em um Estado com mais de 1 milhão e 700 mil habitantes, e a população não tem sequer uma estrutura hospitalar.

Olha que já se passou mais de um mandato e meio do governo. E aí, vai acabar os dois mandatos e

nós não vamos conseguir cumprir um hospital? Então essa é a nossa proposta.

Quero falar hoje da ideia, repetir a ideia das construções dos hospitais. Compensação tributária. Tem empresas que pagam seus impostos em dia, empresas genuinamente de Rondônia e que têm condições de pagar esses impostos através dessas obras executadas, mas também nós temos grandes empresas, e que eu quero citar aqui três: Complexo das Usinas do Madeira, JBS e Energisa.

A Energisa vai fazer uma expansão de rede, uma subestação, eles fazem a toque de caixa. Por que eles não fazem isso no hospital? E eles já têm dívida de impostos para com o Estado. É só o Estado fazer um encontro de contas.

Então, eu me pergunto, eu pergunto a você cidadão de Rondônia e também deixo essa pergunta ao Governador Marcos Rocha: por que não querem construir hospital desta modalidade em Rondônia? Ou será que tem alguma outra modalidade que gera algum interesse escuso que a gente não tem conhecimento? Porque é inaceitável a população de Rondônia ficar totalmente desassistida na área da saúde.

Sem estrutura física nos hospitais, sem equipamentos nos hospitais e muito pior do que isso, sem atendimento. Mas hoje eu vou me limitar a falar das construções dos hospitais. E semana que vem, eu vou vir aqui para falar da matança que existe do cidadão de Rondônia quando depende do atendimento de saúde pública, principalmente em responsabilidade do Governo do Estado.

Eu tenho centenas de vídeos, mensagens de áudio, mensagens de texto que exatamente exemplificam o que a população de Rondônia vive hoje na área da saúde. E eu quero dizer para essas empresas de comunicação a nível de Brasil e principalmente, talvez a mesma rede de comunicação do Brasil que veio aqui e através de uma pesquisa feita no Brasil inteiro, atestou que nós temos o pior hospital de urgência e emergência do país, aqui no Estado de Rondônia.

Se eles quiserem, eles podem vir aqui atestar que nós não temos só o pior hospital do Brasil, mas nós temos, sim, a pior saúde do Brasil. Porque quando um filho está ao lado da mãe em um leito do hospital, por mais de 100 dias implorando socorro, implorando ajuda, pedindo para que não deixe a sua mãe morrer ao relento por falta de atendimento e isso acaba acontecendo, nós podemos através disso, também atestar que nós temos, sim, a pior saúde do Brasil sendo prestada pelo Governo do Estado de Rondônia à população de Rondônia.

Estou na Assembleia há um bom tempo, deputados, e em todos os governos eu critiquei a saúde. Em todos os governos eu critiquei a saúde. Governos que eu fui líder, eu critiquei a saúde; governos que eu tinha Secretário como amigo, eu critiquei a saúde, porque infelizmente, pouco se avança.

Em muitos e muitos momentos eu pensei que a saúde não tinha como piorar. Em muitos momentos, no passar dos anos, eu pensei que a saúde não tinha como

ficar pior do que estava. Mas é porque, realmente, eu não tinha ainda experimentado conhecer a saúde pública prestada pelo Governador Marcos Rocha à população de Rondônia.

De todos os tempos que eu estou na Assembleia, a pior saúde prestada para a população de Rondônia é a saúde do atual governo. Isso é triste, Deputado Alan. Isso triste, o senhor é da área da saúde; o senhor é vice-líder do governo, e o senhor mesmo veio aqui e falou que não tem jeito.

Nós já vimos aqui as críticas na saúde do próprio atual líder do governo, Deputado Ezequiel Neiva. E que sabe o caos que a saúde de Rondônia vive. Nós vimos aqui reclamações do líder que há poucos dias, temporariamente se afastou, o Deputado Laerte - que muito criticou no mandato passado a saúde do Governo do Estado de Rondônia prestado à população. E o que nós vemos é que cada dia só piora, só piora. Ou seja, o povo sofre mais, o povo morre mais.

Esses dias, eu vendo uma reportagem daquela queda, daquele avião da Voepass, que morreram 62 pessoas. Todos os jornais do mundo e do Brasil, a grande mídia do Brasil e do mundo, comunicaram aquilo como uma tragédia. Aquilo como uma tragédia porque morreram em um só momento 62 pessoas em uma queda de avião. Tragédia. Será que tem como culpar alguém?

E se achasse um culpado por essa tragédia, em que morreram 62 pessoas, qual seria a pena? E aí nós vemos aqui em Rondônia, o Governo do Estado de Rondônia "derrubando um avião" desse ou mais por mês. E aí? Qual a pena? Pena da população do Estado de Rondônia que sofre, que geme, que chora e que morre, porque não temos atendimento da saúde pública do Governo do Estado, no Estado de Rondônia. Obrigado, Presidente.

(Às 15 horas e 49 minutos, o Senhor Cirone Deiró passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Luizinho. Para fazer uso da palavra por cinco minutos, sem a parte, Deputado Cássio Gois.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Por videoconferência) – Presidente, registrar a presença da Deputada Gislaïne Lebrinha, por favor?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Registrada a presença da Deputada Gislaïne Lebrinha.

O SR. CÁSSIO GOIS - Boa tarde, senhoras e senhores. Presidente Jean Oliveira e o Deputado Cirone Deiró, 1º Secretário desta Casa, nosso amigo de Cacoal. Deputado Alan Queiroz e o Deputado Luizinho Goebel, que me recebeu hoje no seu gabinete. Obrigada pela presteza de sempre, meu amigo.

Cumprimentar também, Deputado Jesuino Boabaid. Tivemos a oportunidade de conversar um

pouco hoje, desejar sucesso aí no seu pleito eleitoral municipal aqui, Jesuino.

E o nosso querido estimado Deputado Pedro Fernandes, da região de Cujubim, cidade importante no Estado de Rondônia que tem muito.

Quero cumprimentar a todos que fazem presente nessa Casa de Leis. Importante a participação de todos os rondonienses aqui, seja de forma on-line, remota nos nossos colegas deputados e quem está presencial.

Quero, em seu nome, Secretário Luiz Paulo Batista, Secretário de Agricultura do Estado de Rondônia, destacar o trabalho que você vem fazendo pelo Estado de Rondônia. Do teu comprometimento em relação aos eventos que têm acontecendo, a visibilidade dos eventos é muito importante. Eu vejo a tua preocupação nisso. Porque a gente tem um governador que tem andado os quatro cantos do mundo agora, não é, Luiz? Era o compromisso dele, no segundo mandato, que depois que ele andasse o Brasil vendendo o Estado de Rondônia de forma positiva, ele faria, no segundo mandato, esse trabalho fora do Brasil. E ele tem feito isso. Mande ao governador, Coronel Marcos Rocha, a nossa felicitação e o nosso abraço.

Dizer também, que logo, logo acontecerá o ConCafé (Concurso de Qualidade do Café) em Cacoal. Nós estamos na expectativa, tem novidades no ConCafé agora. A nossa equipe teve participando lá das reuniões que vocês estão fazendo, das tratativas, e eu tenho certeza que vai ser um sucesso. Essa discussão foi importante, foi uma decisão acertada, porque a gente sabe da preocupação e como a Caferon (Cafeicultores Associados da Região das Matas de Rondônia) tem levado este evento com seriedade.

Dizer para você que eu já estou com as passagens compradas para novembro, está bom, Luís? Nós estaremos lá de 21 a 23 de novembro. Estou muito preocupado, a gente quer mais uma vez, trazer os títulos para Rondônia. E, nisso eu quero mais uma vez reforçar o trabalho que você vem fazendo.

E agradecer também pelos vários convênios que a gente tem passado lá pela Secretaria. Sua equipe é muito ágil. Já são mais de R\$ 6 milhões do Deputado Cássio Gois investidos, no agricultor do Estado de Rondônia em diversas máquinas, diversos equipamentos. E eu tenho certeza que, de forma indireta, a gente tem contribuído.

Dizer que o melhor café do Brasil, que ficou em segundo lugar, foi pilado numa máquina nossa, Luiz? Então, a gente tem muito orgulho de ter colocado esse recurso lá na Associação Rio Formoso, em Cacoal.

Mas hoje, de todas as vezes que eu vim aqui na tribuna, eu quero dizer que para mim, é uma das mais importantes a menção que eu vou fazer aqui hoje, que é a senhora Andreia Gois, a minha mãe, que está presente aqui. Obrigado. a senhora saiu cedo de Cacoal e está aqui me prestigiando. Para mim, é um momento de muita emoção ter a senhora aqui, acompanhada pela tua amiga.

Eu sei que a senhora está em missão. A senhora

é servidora pública do município de Cacoal, exerce isso com muita sabedoria. Muito independente, diga-se de passagem, muito profissional, mãe. E eu tenho muito orgulho da senhora.

A minha mãe, depois de mais de 40 anos de vida, foi buscar a faculdade, foi fazer o seu ensino superior, formou-se em Serviço Social e foi aprovado em diversos concursos do Estado de Rondônia e, duas vezes na capital do Café. E isso não é para qualquer um não. Não é à toa que seu filho virou deputado, não; é porque a mãe é boa também, viu?

É boa de escola, boa de serviço e mais até corajosa do que eu em muitas decisões que a senhora já tomou na vida. Eu amo a senhora e eu queria deixar isso registrado aqui nos Anais desta Casa que grande parte do meu mandato é pela minha família, minha esposa, pela senhora e pelo meu pai, que sempre acreditaram muito em mim.

Mas dizer que nos últimos dias, eu estava em várias missões no Estado de Rondônia. Uma das funções dos deputados estaduais é visitar os municípios. E aí, senhores, nós temos 52 municípios nos Estado de Rondônia e 24 deputados estaduais. Então, tem que um deputado estadual cuidar de pelo menos 3, 4 municípios conforme fosse a sua casa. E assim é Espigão D'Oeste, assim tem sido a cidade de Pimenta Bueno, assim tem sido a cidade de Chupinguaia. Estive recentemente com o Deputado Luizinho lá, em um momento eleitoral, sim, mas fazendo seus compromissos para que no ano que vem a gente esteja ladeado por bons gestores, para que a gente possa investir nessas regiões que não tem parlamentares da Casa, mas que precisam ter deputados que tenham os olhos voltados para essa região.

E eu fiz um trecho, até comentei com os deputados nas nossas conversas que a gente tem. Deputado Luis, eu não sei se você já teve a oportunidade, mas você é da região e deve conhecer bem, que é a Rodovia do Boi. Nós temos um trecho que o governador tem asfaltado, o Deputado Ezequiel Neiva participa muito bem daquela questão ali, acompanha muito, que é a região do Cone Sul. Mas o trecho entre Chupinguaia e a cidade de Parecis eu fiz todo pelo período noturno. São aproximadamente 150 quilômetros de estrada de chão. Eu encontrei com a equipe do DER bem ao centro. Tinha todo equipamento ali, tinha maraca próximo do rio. Tinha tudo. O patrolamento estava sendo feito. Mas como é um trecho muito grande, eu quero fazer um pedido aqui ao Coronel Eder, à residência da região, que acelere os trabalhos, porque é uma rodovia em que passa muito transporte de gado, que passa muito produtor. E é uma rodovia que, por ser em um canto do Estado, é uma rodovia que, às vezes, acaba ficando para um segundo momento, para um segundo plano.

Então, o meu pedido aqui é que a região da Vila Bosco, ali entre Alto Alegre dos Parecis e Parecis, seja beneficiada diretamente com o Governo do Estado. Por que não asfaltar aquela via dupla da Vila Bosco que é um distrito muito bonito? Nós temos o distrito de Querência do Norte, que recentemente foi asfaltada a sua via

principal e mudou toda a realidade.

Então, além de a gente governar pelas cidades, a gente precisa também fazer as nossas defesas pelos distritos. Lá nós temos pessoas, lá nós temos escolas, lá nós temos quem escolheu para viver. E o distrito de Vila Bosco precisa de um olhar especial do Governo do Estado de Rondônia, do DER do Estado de Rondônia para que tenha os seus benefícios aplicados e recebidos.

Então, eu vou deixar o meu pedido aqui. Vou encaminhar do meu gabinete um ofício ao DER do Estado de Rondônia para que a Vila Bosco, que está no extremo do Estado de Rondônia e que você conhece muito bem, Deputado Ezequiel Neiva. Nós já discutimos várias vezes aquela região ali e que agora fará parte das minhas pautas também, aquela região da Vila Bosco, que seja, se Deus quiser, asfaltada aquela via dupla que nós temos ali, que já vai amenizar muito o sofrimento para aquelas famílias que hoje não têm benefício do asfalto naquele distrito.

E queria dizer também, mais uma pauta aqui das rodovias, que a RO-383, entre Cacoal e Rolim de Moura, que a gente cobre juntos aqui, todos os deputados da região, e eu já vi o Deputado Jean Oliveira cobrando muito pela Rodovia Everaldo Góes, que a sinalização seja feita o mais breve possível. Como o governo está fazendo? O DER está fazendo o microrrevestimento, Deputado Jean Oliveira, e na sequência do microrrevestimento está fazendo a sinalização.

Mas, nós temos que entender uma coisa. Tem rodovia que tem menos movimento e tem rodovia que tem três vezes mais de movimento. E é o caso, Deputado Cirone, da rodovia 383. Já não está dando mais para esperar a programação normal, porque a cobrança tem sido muito forte em relação à sinalização daquela rodovia, que não tem e nós precisamos. Você passa por lá Deputado Luis. Nosso pedido é que, sabendo que a rodovia 383 tem mais movimento que outras rodovias, que a sinalização seja feita ali logo para que a gente não veja acidentes, para que a gente não ouça mais reclamações. E a gente sabe do comprometimento que a equipe do Der tem.

Tem um processo seletivo vencendo em setembro, eu já fiz essa pergunta ao Coronel Eder, se o processo seletivo, vai acontecer a renovação ou se já tem um novo processo seletivo para acontecer. Pode ser que o processo seletivo já tenha sido renovado uma vez e a gente sabe que são dois anos prorrogável por mais dois. E agora em setembro, eu já vou deixar o alerta, que nós teremos a equipe do DER do Estado de Rondônia reduzida. E isso me preocupa bastante porque às rodovias vêm sendo dada manutenção, mas se a equipe diminuir, nós vamos ter dificuldade para manter o ritmo que vem sendo recuperadas as estradas no Estado de Rondônia.

Quero deixar o meu abraço aqui à Associação Rural de Jardinópolis, à Prefeitura de Alto Alegre dos Parecis, pela Secretaria de Esporte, o Reinaldo. A gente colocou os recursos lá, aconteceram os eventos, as exposições de cada município desses: a Expoaza (no

Município de Ministro Andreazza) neste final de semana, e a festa do rodeio (2ª Festa do Peão) em Alto Alegre dos Parecis. Nós participamos desses eventos. Foram eventos que trouxeram dinheiro para o município, melhorou a economia. Nós vimos todo mundo produzindo e o produtor rural feliz por estar com sua família lá comemorando junto com demais moradores da cidade em um momento festivo, a colheita e o ano. A gente sabe que é uma vez por ano que nós temos eventos como festas de rodeios nas cidades.

E também no Município de Castanheiras, distrito de Jardinópolis, nas últimas duas semanas nós também participamos desse evento, da Festa do Boiadeiro, que é muito importante para aquela região e que movimento a economia.

No mais, agradecer, Presidente. Nós participamos de diversas Comissões hoje, diversos projetos foram pautados na Comissão de Finanças. Então, nós estamos aqui para somar com o Estado de Rondônia e trazer resultado positivo para o rondoniense. Um abraço a todos, excelente semana.

Deputado Luis, reforçar o convite que na sexta-feira o Deputado Federal Thiago Flores estará em Cacoal em uma pauta do Laboratório de Nematoides, às 14h30, no auditório do IFRO. Se você puder participar ou tiver alguém da tua altura para te representar, nós vamos ficar muito felizes com a sua presença lá, porque é uma pauta de extrema importância, que desde o começo do ano a gente vem batendo na tecla para resolver e nós estamos com o Deputado Federal Thiago Flores à disposição para aportar R\$ 1 milhão para a construção desse laboratório. O projeto é responsabilidade do IFRO e cabe a nós, como parlamentares e gestores do Estado de Rondônia, apoiar de forma incondicional que isso se torne realidade.

Vai ser um marco no Estado de Rondônia se a gente tiver o Laboratório de Nematoides na cidade de Cacoal, que é a capital do café e que hoje o exame mais próximo é no Estado do Rio Grande do Sul, a praticamente quatro mil quilômetros. Então, nós precisamos encarar esse desafio, Luiz, juntos, de construir esse laboratório e depois, em um segundo momento, cadastrar e deixar apto a fazer o exame para que o Idaron aprove essa contraprova, que muitas vezes é necessária para que não tenhamos a muda de café contaminada ou reprovada; e aí o produtor vai ter que fazer aquela destruição. Isso é muito duro para o produtor rural do Estado de Rondônia. Um abraço a todos. Essa é a minha contribuição na tarde dessa terça-feira.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Cássio Gois. O senhor tocou em um assunto, deputado, que nos preocupa muito. É sobre o seletivo do DER. Eu queria aqui, de forma coletiva, assim como foi feito o outro projeto que falava sobre os seletivos, os emergenciais da Seduc, que a gente pudesse dar encaminhamento semelhante ao DER, porque se o DER, com os seletivos, com o número que tem de seletivos já está com dificuldade de fazer o pouco ou quase nada

que está fazendo, imagina sem essa mão de obra, como Vossa Excelência falou. Aí estagnou. Aí é melhor a gente ir lá e passar um cadeado no DER e esperar sabe Deus quando voltar a trabalhar o DER.

No período que é o proveitoso, que é quando nós estamos na seca, tudo sem programação, sem planejamento. É quando não poderíamos deixar de ter uma equipe reforçada, é quando está acontecendo o que está acontecendo. Tudo sem planejamento. Obrigado, Deputado Cássio Gois.

Deputado Cirone Deiró com a palavra nas Breves Comunicações.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Boa tarde, Presidente Deputado Jean Oliveira, cumprimentá-lo. Em seu nome, cumprimentar os colegas aqui presentes: Deputado Alan Queiroz, Deputado Luizinho Goebel, Deputado Cássio Gois, meu colega de trabalho aqui da cidade de Cacoal; nosso amigo Deputado Ezequiel Neiva, Deputado Crispin, Deputado Jesuino Boabaid, Deputada Ieda Chaves; os demais deputados que estão trabalhando de forma remota; a imprensa aqui presente.

Cumprimentar aqui o nosso Secretário de Estado da Agricultura, Luiz Paulo. Tem feito um grande trabalho em prol dos nossos produtores rurais. Todas as pessoas aqui da nossa galeria, Prefeito João Pavan e sua esposa aqui presente; dona Andréa Gois, mãe do nosso colega Deputado Cássio. Muito bem-vinda aqui na nossa Casa. É uma satisfação tê-la aqui conosco. Família pioneira ali da nossa cidade de Cacoal, aqui do Estado de Rondônia; que contribuiu muito com o trabalho. Família ali já foi secretário, o avô do Cássio foi secretário de obras na cidade de Cacoal. Nós sabemos do trabalho de vocês, da dedicação dessa família para o Estado de Rondônia. Então parabéns, Cássio, pela família. Que Deus continue abençoando grandemente.

Deputado Jean Oliveira, eu ouvi aqui atentamente a fala do Deputado Cássio e ouvi a reclamação e o pedido em relação à atuação do DER aqui no nosso Estado de Rondônia. E nós temos feito algumas solicitações, reiterado solicitações como a pintura da 383 — Deputado Cássio — que faz mais de três meses que foi feito ali o microrrevestimento. É uma rodovia de alto fluxo de veículos e uma rodovia sinuosa que tem grande risco de acidentes naquela rodovia. Então que o DER possa tomar providência.

Liguei para o nosso diretor, disse que estava chegando a tinta, o caminhão estava pronto, mas isso já tem um bom tempo. E da mesma forma a rodovia do Café, que foi feito também o microrrevestimento e até hoje não foi feita a pintura tanto horizontal quanto vertical. E nós tivemos vários acidentes naquela rodovia. Inclusive ceifando vidas de produtores rurais. Um senhor ali de meia idade fazendo caminhada, indo para o seu sítio, foi atropelado, porque não tem uma sinalização. Era final de tarde, o carro veio e atropelou. Motociclista, há menos de 60 dias faleceu naquela rodovia. Então nós precisamos que o DER atue, que faça o trabalho de pintura, um trabalho que vai dar segurança nessas

pistas para que as pessoas possam trafegar.

E quero aqui também, Presidente Jean, relatar sobre as dificuldades que nós estamos tendo junto ao DER em relação ao atendimento na rodovia Pacarana. Nós tivemos ali na solicitação do ano passado, no ano retrasado foi feita uma ponte com mais de 50 metros, gastou-se mais de R\$ 7 milhões, e solicitamos para que no ano seguinte fosse feita a ponte dos Três Cachoeiras. Uma ponte de concreto e aço, ou colocasse ali dois ou três tubos de três metros que resolveria aquela problemática da RO que interliga Espigão D'Oeste ao Pacarana.

Infelizmente não foi feito esse trabalho. Era para ter colocado no orçamento, não sei se foi colocado, se foi tirado do orçamento. Eu sei que não foi atendido. E a menos de 30 dias nós tivemos um caminhão que caiu dentro daquela ponte, causando danos tanto na estrutura da estrada, ao direito de ir e vir, quanto também ao veículo que caiu dentro do córrego.

Então nós precisamos que o DER atue com veemência, atue com mais rapidez para recuperação dessas necessidades da nossa região.

Tem ali também a rodovia que liga a chamada Rodovia Mato Grosso, Linha Mato Grosso, a qual tinha cinco projetos, Presidente Jean, de fazer galerias. E o projeto estava pronto há dois anos atrás, era emergencial devido a necessidade daquela rodovia, de trafegabilidade, e infelizmente faz dois anos nós não tivemos essa galeria pronta.

Então nós ficamos decepcionados, porque nós fizemos um compromisso com aquela população. Falamos que os projetos estavam prontos, o recurso era emergencial, que iriam iniciar as obras e infelizmente essas cinco galerias não ficaram prontas. E a menos de 30 dias nós tivemos um casal que veio do Pacarana, pela linha Mato Grosso, e errou uma dessas pontes e caiu dentro do córrego e veio a falecer.

Então nós temos que valorizar a vida nesse Estado. Quando nós parlamentares trazemos uma demanda para esta Casa, para esta tribuna, é porque nós conhecemos, Deputado Alan, a realidade. A realidade daquele local, o que precisa ser feito, porque está perigoso. É uma Linha que aumentou muito a trafegabilidade devido as plantações de soja e aí nós encontramos essa dificuldade na execução dessas obras. E agora me chama atenção e me preocupa em relação ao seletivo que existe dentro do DER. O DER hoje já tem dificuldade para atendimento com celeridade as demandas apresentadas por essa Casa, as demandas apresentadas pelo Estado de Rondônia, imagina a partir do mês de setembro que vai vencer o seletivo dos servidores que trabalham nos equipamentos, são motoristas de caminhões, que fazem o serviço dentro desse Estado. Vai parar o Estado de Rondônia.

E nós vamos parar o Estado de Rondônia no mês de setembro, o mês que está chegando as águas. Esse ano nós temos uma crise hídrica e a tendência é que quando acabar a seca vem chuvas torrenciais, que deve danificar ao extremo essas estradas. E aí nós não temos

servidores que vão trabalhar com esses equipamentos, com esses maquinários, para dar recuperação a essas estradas.

Então, nós precisamos de um planejamento do DER. Essa Casa tem contribuído para que o recurso chegue até o DER, nós votamos aqui o remanejamento de mais de R\$ 130 milhões saindo do Detran para o DER, para recuperação das nossas estradas, para dar sustentação aos gastos do DER aqui no Estado de Rondônia.

Então, Deputado Jean, venho aqui nessa tarde dizer que nós temos compromisso com a população de Rondônia. Nós temos ali dois quilômetros de asfalto, que foi um compromisso tanto meu quanto do Governador do Estado. Inclusive eu estive com o Governador na semana retrasada. Ele ligou para o Diretor do DER pedindo a execução desses dois quilômetros da Linha Sete, que interliga ali ao bairro Planalto.

Temos um compromisso de cinco quilômetros na Linha E, ali na cidade de Cacoal. E temos a Estrada da Figueira, que fizemos um compromisso com o Governador junto, de fazer três quilômetros, saindo de Espigão e fazendo também em sentido Rodovia do Café a Espigão D'Oeste. E nós temos mais de um ano, esse projeto não saiu do papel e nós precisamos dar uma resposta a nossa população.

Então fica aqui a nossa cobrança ao DER, que se organize, se planeje para que em setembro, quando vencer o seletivo, nós tenhamos servidores novamente já selecionados para ocupar esses cargos que vão vagar. E nós votamos nesta Casa, Deputado Jean, nós votamos aqui uma lei do processo seletivo, a pessoa pode novamente entrar no mesmo cargo, ocupar aquele mesmo cargo, que era vedado pela lei estadual. E essa Casa, sabendo da experiência desses profissionais de ocupar esses cargos, votamos aqui dando essa liberdade para que tanto a Secretaria de Educação quanto o DER, ou as demais Secretarias que têm esse profissional qualificado, possam fazer um novo seletivo, ele possa se candidatar novamente nesse seletivo e servir o Estado de Rondônia.

Então fica aqui a nossa solicitação ao DER do Estado que possamos atender essas obras, como a Estrada do Calcário que foi dada a Ordem de Serviço e foi feito o destrato. Tivemos uma manifestação da população em relação a esse asfalto que não saiu os 10 primeiros quilômetros, que é onde a cidade de Espigão D'Oeste está sobre uma nuvem de poeira.

Então nós precisamos organizar, planejar o Estado, ver onde vamos gastar esse recurso, para que o Estado de Rondônia continue crescendo, continue desenvolvendo, dando o direito das pessoas de ir e vir, e acima de tudo, trafegar nessas estradas, levando tanto o aluno escolar, quanto as ambulâncias que trafegam nessas estradas aqui do Estado de Rondônia.

Então, são essas as minhas considerações nessa tarde. Que Deus continue nos abençoando.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência)

- Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Pois não deputado.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência)
- Me concede um minuto de aparte?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Com certeza, Excelência.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência)
- Eu ouvindo as suas palavras aqui, Vossa Excelência na Rondônia Rural Show foi um dos intermediadores quando eu pedi vista de alguns projetos do DER no qual são demandas que é do meu gabinete, uma estrada no Município de Governador Jorge Teixeira; a ponte da Linha 74, aqui em Ji-Paraná, que tem mais de oito anos, seis anos que a ponte não é resolvida o problema. Ali tem famílias, tem moradores. É encaminhado ao DER. E eu não tenho dúvidas que o Governador, Coronel Marcos Rocha, dá total liberdade a todos os nossos Secretários. Mas o Éder, eu fico mais uma vez aqui ouvindo e demandas não sendo atendidas, principalmente na nossa região. Queria entender o porquê. O porquê ele vem fazendo essa gestão as vezes não compartilhada, não atendendo as demandas, quando a gente manda demandas do nosso gabinete ao DER, é porque não é para atender o Affonso ou o João, ou a Maria, é para atender a população, é para atender os nossos produtores, os agricultores.

E quando leva a demanda adiante é para ser sanada. E nós sabemos que o governador dá total liberdade para que os secretários trabalhem e atendam. Então, mais uma vez, fica aqui a minha indignação porque o Éder, eu não sei o que está acontecendo. Eu tenho um carinho, respeito por ele, mas nós não, a Assembleia Legislativa nunca mediu esforços para poder dar toda atenção e recurso que o DER precisa.

E até ano passado mesmo foi devolvido uma economia da Assembleia, foi devolvido ao DER para que faça melhorias no Estado de Rondônia. Mas, mais uma vez, ouvindo sua demanda, ouvindo os demais deputados, e a minha que não é diferente. Aqui, é como eu falei, a ponte da Linha 74 eu já não sei mais o que falar para radialistas e jornalistas.

Então, a gente pede essa atenção ao Éder para que ele, de fato, olhe para as demandas que têm que ser atendidas no Estado de Rondônia porque a população, os agricultores, nós estamos pagando um preço, o Governador está pagando um preço onde nós não devemos. E o Éder precisa fazer gestão perante a essa infraestrutura que acontece no Estado de Rondônia. Se infelizmente, não está na alçada dele, vai ter que buscar outros caminhos. Mas era só para complementar junto a sua fala, Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ – Obrigado, Deputado Affonso. Nós temos que dar uma resposta à nossa sociedade porque quando nós fazemos um compromisso

- o Governador, eu fiz uma visita a ele no gabinete, ele falou: “Deputado Cirone, eu gosto quando o senhor fala que faz compromisso que tanto o senhor, quanto eu, somos pessoas que temos que sempre cumprir o nosso compromisso”. E nós temos essas situações, por exemplo, da Linha 07 era para ter começado no começo de junho, passou para julho, nós estamos no final de agosto. E aí, a população me manda WhatsApp todos os dias me cobrando a posição de como vai fazer esse asfalto nos dois quilômetros.

Então, é um compromisso que nós fizemos com a população, com anuência do DER, da Casa Civil. Então nós precisamos que o nosso diretor se organize, se planeje para que possa atender, o mais breve possível, essas demandas que fizemos compromisso junto à nossa população do Estado de Rondônia. Obrigado Presidente, que Deus continue nos abençoando.

O SR. ISMAEL CRIPIN - Presidente, pela Ordem.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Cirone Deiró pela palavra. Questão de ordem para o Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Só para cumprimentar o Prefeito Tinoco, lá do Município de São Francisco do Guaporé, que está aqui nos acompanhando na tarde de hoje.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Ismael Crispin. Convidar o Deputado Cirone Deiró para assumir a presidência aqui, o 1º Secretário na ordem sucessória da Mesa Diretora.

(Às 16 horas e 15 minutos, o Senhor Jean Oliveira passa a presidência ao Senhor Cirone Deiró))

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Jean Oliveira. Eu concedo a palavra ao Excelentíssimo Deputado Jean Oliveira, 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Obrigado, senhores deputados, Senhor Deputado, Presidente Cirone Deiró. Nobres deputados, nessa tribuna inicialmente para parabenizar a atual gestão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, através do Presidente, Desembargador Raduan Miguel, assim como o Vice-Presidente Glodner Pauletto; Diretor da Escola, Alexandre Miguel e o Corregedor-Geral, Desembargador Gilberto Barbosa.

Nunca se viu a presença de tantos Ministros do Supremo Tribunal Federal ao Estado de Rondônia, quanto nessa gestão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Demonstra prestígio, demonstra um relacionamento profundo com a Justiça nacional. E a vinda dos Ministros Flávio Dino - que esteve aí há poucos dias atrás; nós tivemos o Ministro Fachin, o Ministro Barroso esteve aqui também. E outros demais Ministros que prestigiam, assim como do Superior Tribunal de

Justiça. Então, parabenizar ao Tribunal de Justiça de Rondônia pelo prestígio à Justiça nacional. Deixar registrado aqui que Rondônia ganha muito com isso.

Senhores deputados, dia de domingo da semana passada, dessa semana - domingo é o primeiro dia da semana -, nós participamos de um evento no Município de Nova Mamoré, a qual nós alocamos um recurso de emenda parlamentar, e tivemos ali um público marcante, aproximadamente, 2 mil pessoas prestigiando o evento, que há muitos anos não acontecia na região.

Então, quero agradecer aqui a Limero (Liga Independente de Motocross do Estado de Rondônia) que realizou junto com a prefeitura. Agradecer ao Governo do Estado de Rondônia, através do Governador Coronel Marcos Rocha, que liberou nosso recurso para realização desse evento.

Um evento importante, que contou com a presença de um público de todas as idades. Nós tivemos ali a economia sendo aquecida por meio do consumo de bebidas, comidas, hotéis, oficinas, isso tudo aquecendo a economia local. E o entretenimento, leva a algo diferente, como o esporte radical, uma coisa que não acontece todos os dias, ao acesso ao público local de Nova Mamoré.

Além dessa pauta, eu quero trazer aqui um assunto que nós iniciamos na semana passada. E eu quero dizer aos senhores deputados, que eu vejo alguns aqui servidores do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes, o DER, que vieram participar desta Sessão, porque na Sessão passada, nós citamos aqui o servidor do DER.

Nós falamos aqui de várias situações que não acontecem no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes e uma delas é o reconhecimento ao servidor do DER e a falta de respeito que se vem tendo.

Foi contratado uma empresa e foi pago R\$ 300 mil para fazer o estudo de um PCCR (Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração) para nada. Simplesmente para ganhar tempo e enrolar o servidor de carreira do DER. O servidor de carreira, que está ficando velho, que está ficando doente e Deus o livre um servidor ficar doente, pois ele vai padecer na cama.

Porque hoje, Deputado Pedro, mais da metade do salário do servidor do DER é a produtividade. Existe uma pauta que o servidor do DER tem, que é a Incorporação da Produtividade. Em reunião com os servidores, eu já disse a eles que isso é uma pauta que tem resistência não só da atual gestão, mas de qualquer gestão que venha a frente do DER. Mas, que é possível avançar de forma parcial.

Veja bem, Deputado Alan, a média salarial de um funcionário do DER, Deputado Luizinho, Vossa Excelência conhece muito bem, é de R\$ 2.000,00. São R\$ 2.000,00 o salário, o vencimento de um servidor do DER. A produtividade, para muitos deles, é de R\$ 2.500,00, mais da metade do que ele recebe no contracheque é produtividade. Se ele ficar doente, ele perde a produtividade.

No momento em que a pessoa mais precisa dos seus recursos, vai lhe faltar. Por que a direção não encontra o meio termo? Não faz uma proposta de incorporar, Deputado Ezequiel Neiva, Vossa Excelência foi diretor do DER, um pedaço dessa produtividade e a outra parte continua como produtividade? Para não perder o poder de negociação com os servidores, para existir o estímulo, que assim é tido a produtividade, como um estímulo, para que o servidor continue indo a campo.

Deixe em vez de ser R\$ 2.500,00, baixa para R\$ 1.000,00 e incorpora R\$ 1.500,00 no salário. Isso aqui é uma sugestão que eu estou fazendo aqui agora de cabeça, mas o que precisa é ter a boa vontade, o respeito e a dignidade, o olhar pelo servidor.

Não é simplesmente mandar o servidor para o trecho para se acabar em poeira e trabalho, e daí se ele adoecer a responsabilidade não é minha, é a lei que diz. Cadê o amor pelo próximo? Cadê o respeito? A dignidade? Então, eu venho aqui fazer um desabafo perante às muitas ligações que eu recebi dos servidores do DER.

O SR. ALAN QUEIROZ – Excelência, me permite um aparte? Eu fico muito grato em poder contribuir com essa sua fala belíssima, grande líder.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Por favor, Deputado Alan. Primeiro que é uma honra receber um aparte de Vossa Excelência.

O SR. ALAN QUEIROZ – Primeiro, Deputado Jean, parabenizar Vossa Excelência. Sou admirador do seu trabalho e dos seus posicionamentos. Sempre que usa essa tribuna, usa de forma muito coerente, e em uma defesa muito importante hoje, que é o nosso servidor.

Eu fiz também hoje, uma fala direcionada em algum momento ao servidor, o servidor da saúde, ao médico que não consegue sentar numa mesa de discussão para poder debater também o salário, hoje um dos salários mais baixos do país.

Dentro do DER nós temos diversas injustiças, não somente no DER, avançando também aí para várias outras Secretarias. Recebi no nosso gabinete, Deputado Jean Oliveira, os engenheiros do Estado de Rondônia. Servidores e engenheiros de carreira do Estado de Rondônia. E pasmem os senhores, que existe uma injustiça muito grande: não há isonomia dentro do Estado de Rondônia com os engenheiros. Isso é só um exemplo de tantas outras áreas que precisam ser corrigidas.

Engenheiros que estão no DER ou estão nas obras ganham diferentemente dos engenheiros que estão em outras Secretarias. Não pode isso. Não existe. Tem isonomia. Nós temos o PCCR que garante. Nós temos a lei específica do servidor que garante que todos que têm a mesma a profissão ou o mesmo registro dentro da sua Folha de Pessoal não podem ganhar de

forma diferente.

Então, quero parabenizar Vossa Excelência. Que essa discussão aconteça, por quê? Porque eu sou servidor de carreira e nós conseguimos fazer com que os dentistas do Município de Porto Velho tivessem essa valorização, Deputado Jean. Nosso salário era R\$ 1.600,00. Nós saímos para uma discussão para hoje um salário piso de R\$ 5.000,00. Isso é reconhecimento dos servidores que estão no quadro de carreiras.

E digo demais, a diferença de você hoje colocar numa balança o servidor que é patrimônio do Estado, o servidor que passa gestão entra gestão e eles vão estar lá, as pessoas experientes que já sabem executar como ninguém aquele serviço e você muitas vezes forçar uma terceirização. Não que eu seja contrário a uma terceirização. Mas antes de tudo vem o servidor de carreira. A terceirização tem que ser para complementar, não para substituir quem já está lá. Porque quando você vê uma terceirização, a qualidade vem muito diferente daquilo que já está hoje no seu trabalho.

Então, eu quero aqui, não vou tomar muito tempo do seu belíssimo discurso, mas eu não poderia ficar calado. E aqui fazer o reconhecimento à Vossa Excelência parabenizando pelo seu mandato, em especial nessa defesa, nesse momento, ao nosso servidor público do Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Obrigado, Deputado Alan. Vossa Excelência é um conhecedor das pautas políticas do servidor público tanto quando foi vereador, a nível de município, e hoje deputado tem ficado ao lado do servidor.

Não que seja a única pauta e a mais importante de todas. Mas, é uma pauta que deve ser levada em consideração, porque sem o servidor público nada do que é projetado, do que é planejado, é possível ser executado. Então, com toda a certeza, eu concordo com Vossa Excelência que a terceirização é um complemento. Nos melhores estudos a terceirização Deputado Ezequiel, nunca deverá passar os 50%. Nunca deverá passar os 50%. Ou seja, é um complemento. E o reconhecimento do servidor de carreira é fundamental. É pela história, é por tudo que foi construído.

Se hoje as rodovias estaduais estão como estão é porque no passado, quando as máquinas ainda não tinham a modernidade e a tecnologia que se tem hoje, existiam servidores que até hoje estão trabalhando no DER. Então, não é possível que a gente não tenha respeito por essas pessoas.

Eu quero aqui chamar atenção, porque grande parte dos Secretários do Governador Coronel Marcos Rocha são servidores de carreira. Ainda que, por exemplo, o Coronel Eder não seja do DER, mas ele sabe o quanto é importante valorizar uma categoria. Ele, como policial militar, sabe. Então, não é justo buscar valorização da sua categoria e esquecer aquela que ele hoje representa. E a oportunidade de fazer a diferença está nas suas mãos. Não perca a oportunidade. Não perca a oportunidade.

Deputado Luizinho, Vossa Excelência me pediu um aparte.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Obrigado, Deputado Jean.

Ouçõ atentamente aqui a sua fala e muito importante esse tema. Até quando? Até quando servidores do DER, os engenheiros e tantos outros servidores, como da Saúde, como da Educação vão ficar esperando?

Foi bem falado aqui pelo Deputado Alan e pelo próprio Deputado Jean que um servidor efetivo, um servidor de carreira que tem um salário em média de R\$ 2.000, às vezes ele tem de gratificações mais R\$ 3.000, R\$ 4.000. Foi dito também, se ele ficar doente, ele perde o direito das gratificações, porque as gratificações são por produtividade. Mas, pior do que isso. Se ele está doente foi dito aqui, o momento que ele mais precisa que é o momento de o Estado estender a mão para aquele que sempre estendeu as mãos para o Estado, o Estado tira a mão. Ele está doente, sem salário e desamparado.

Mas, pior que isso. E se esse servidor que tanto contribuiu e que ajudou construindo Rondônia, vier a morrer, a família toda está desamparada, porque a família só vai receber aquele salário sem gratificação. Sem gratificação. Ou seja, dá para fazer um comparativo. Uma família que tinha um trabalhador do Governo do Estado ganhando R\$ 6 mil por mês para poder manter a sua família, se a família perder esse servidor, se esse servidor vier a falecer, a família terá que viver com R\$ 2 mil. E aí, como é que vai fazer se muitas vezes a família é totalmente dependente do emprego desse servidor público? Então começa por aí.

Isso chega a ser desumano. Pior do que isso. Pior do que isso. Além dessa questão de o Governo do Estado dizer — Deputado Jean Oliveira — que não pode, que não tem dinheiro, que não tem condições.

E isso não serve só para os servidores do DER. Serve para os servidores da Educação, da Saúde, do Sistema Penitenciário, que são nossos policiais penais. Serve para os nossos socioeducadores e tantas outras categorias que o governo fala que não tem dinheiro, mas no começo do ano passado o governo aumentou salário de portariado que era R\$ 800,00 e foi para R\$ 1.300,00. Salário de portariado que era R\$ 1.062,00 e foi para R\$ 2.196,00. Salário de portariado que era R\$ 4.782,00, o governo mandou para R\$ 6.201,00. O salário de portariado que era R\$ 8.281,00 — olhem isso —, o salário de portariado que era R\$ 8.281,00, o Governador Marcos Rocha mandou para R\$ 15.014,00. O salário que era R\$ 13 mil de portariado, o governo mandou para R\$ 20 mil. E o salário que era de R\$ 25 mil de um portariado, o governo mandou para R\$ 32.400,00.

E aí não tem condições de incorporar pelo menos parte dessa gratificação para esses servidores que já estão implorando. Então realmente é um caos, é um desmando. E como foi dito aqui por algum parlamentar, não tem nem a quem se reportar, porque parece que não querem resolver problema mais nenhum, em lugar nenhum do

governo. Parece que tiraram o governo da tomada. O governo está desligado. O governo está dormindo em berço esplêndido.

E aí, Deputado Jean, se não bastasse tudo isso, vem a questão da alimentação. Infelizmente, o Governador Marcos Rocha não anda no interior, anda muito pouco. Eu acho que ele nunca visitou uma obra do DER e teve a oportunidade de comer uma marmita lá com os funcionários do DER, como o ex-governador Ivo Cassol fazia no passado e fez isso muitas vezes. Se ele fizesse isso, ele ia parar de querer pagar para levar marmita para funcionário público, ia querer parar de pagar marmita para servidor do DER e ia começar a dar condição para o servidor escolher aquilo que ele quer comer, aquilo que ele gosta, aquilo que ele entende que faz bem para ele. E nem isso o governo tem feito. Tem obrigado servidor do DER a comer marmita. Eu não sei que diferença tem entre pegar o dinheiro da marmita e dar o dinheiro para o servidor comprar o alimento onde quiser e comer o que ele tem vontade de comer.

Então infelizmente, Deputado Jean, realmente é um caos. E eu acho que é chegada a hora de o governo voltar a governar. Ou o governo volta a governar ou larga logo para o vice. "Não, se largar para esse Sérgio Gonçalves fica pior ainda." Que esse aí parece que... O Governador Marcos Rocha está dormindo agora. Esse aí parece que, esse Sérgio Gonçalves parece que já nasceu dormindo. Então eu não sei mais o que fazer.

Realmente nós estamos em um Estado que se fosse comparar um Estado com um avião, o piloto saiu, pulou de paraquedas e deixou os passageiros à mercê da sorte.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Deputado Luizinho, obrigado pela fala de Vossa Excelência, conhecedor das questões do DER.

Eu queria só frisar uma questão. O Governador Coronel Marcos Rocha pode não ser o governador que senta no trecho e come a marmita com os servidores do DER, mas é um governador que tem buscado honrar os servidores públicos do Estado. Infelizmente, se o Secretário de cada pasta não faz a sua parte, o Governador fica nesse momento vendido. Porque assim, como todos nós que temos assessores que nos representam nos municípios, o Governador tem Secretários que representam ele em cada pasta.

O que está errado é o representante dele na pasta. Está errado o representante dele lá naquela pasta que não está olhando para o servidor, não está olhando para a necessidade das obras que têm que acontecer no Estado. Além do servidor que nós estamos falando aqui, que é maltratado, não se tem um pingão de dignidade, há também que se falar da falta de planejamento e organização do DER.

Nós estamos no período da seca, 2024, sexto ano de gestão, qual é a justificativa para a mais de dois anos, nós não conseguirmos fazer uma ponte sequer nesse Estado? Senhores deputados, para fazer uma ponte, o residente tem que mendigar ajuda de produtores rurais, que utilizam a ponte para passar em cima dela para se

deslocar para sua propriedade, doando madeira, doando prego, parafuso, doando óleo 2 tempos para motosserra, doando mão de obra, doando hora máquina.

O Estado de Rondônia acho que nem nos seus momentos iniciais, quando foi formado, que aqui no Estado tinha deficiência de quase tudo, não passou pela situação que está passando. Infelizmente essa é a pior gestão de todos os tempos, infelizmente é a pior gestão. Do ano de 2021, 2022 a muitos recursos colocados e investidos nos municípios e nas rodovias, a um 2023, 2024 de paralização total.

Está parecendo água de poço o DER, não tem funcionalidade, mal faz a manutenção das estradas já existentes. Por último estão trabalhando a terraplanagem de vários asfaltos, mas não tem massa asfáltica para fazer a capa asfáltica, então faz a terraplanagem, faz a movimentação de terra e esquece que precisa concluir com a massa asfáltica. Isso é um absurdo.

Como eu falei, nós estamos no período da seca, e boa parte dos funcionários que compõem hoje as frentes de trabalho do DER são emergenciais. Em setembro eles vão ter que dizer adeus para o DER, abandonar os seus postos, essa Casa fez uma Sessão Extraordinária, foi reconhecida por muitas pessoas, por darmos a oportunidade de pessoas que estão no cargo de emergencial a serem reconduzidas pela sua experiência, o mesmo poderia ser feito no DER.

Mas, alguém ouviu falar do edital de convocação de chamamento para um novo emergencial? Pelo amor de Deus o que está faltando, fechar as portas do DER é só isso que está faltando? Eu me preocupo, Deputado Ezequiel, porque boa parte dos prefeitos que estão disputando uma reeleição estiveram pedindo voto do Governador, e o Governador deixou o DER na mão de alguém que sabia dos compromissos.

E no período mais crítico, setembro, faltando 30 dias para as eleições, tudo vai ser paralisado, como fica a situação desses prefeitos que estão buscando uma reeleição? Deputado Luizinho, pediu uma atenção aqui e é verdade, a gente tem que olhar e começar a refletir, Governador. O senhor tem que começar a ver que pode chegar um momento em que seja irreversível a sua situação nesse setor de infraestrutura. O senhor fez um belo trabalho, deu aumento para os nossos educadores que são responsáveis pelo futuro das nossas crianças. O senhor reconheceu e aumentou, dobrou praticamente, a gratificação de incentivo aos professores de sala de aula.

O senhor vem reconhecendo desde o seu primeiro mandato o professor, então reconhece também as forças de segurança e vem caminhando em um sentido de progresso, e quando nos falamos de infraestrutura, que é fundamental para esse progresso se concretizar, a infraestrutura deixa a desejar por falta de organização, de planejamento, por uma série de situações.

Então, Deputado Cirone, a sua ponte, a ponte do Deputado Affonso, a ponte do Deputado Jean Mendonça, a ponte que outros deputados falam que foi prometido, que estava tudo certo para se concluir, infelizmente não acontece porque não se tem uma agenda de prioridade.

O recurso entra no DER e é distribuído de qualquer jeito, é aplicado de qualquer jeito, infelizmente nós estamos em uma situação que eu não consigo ver resultado, eu não consigo ver resultado.

Eu fui analisar a minha fala na última semana e todos os pontos que nós apontamos, nós falamos na terça-feira, quando foi na quarta-feira lá no Jacu da Vala começou-se a fazer um trabalho de rebaixamento do morro. Um pedido da comunidade que usa aquela rodovia para ir até os distritos do Baixo Madeira e as comunidades ao redor da rodovia - Vila Calderita, Cujubinzinho e os distritos, como eu falei, do Baixo Madeira.

No outro dia, Deputado Alan, começou-se a obra. Na quinta-feira, dois dias depois, começou-se a obra da P-50 que eu vinha pedindo, pedindo, pedindo, pedindo, pedindo. Entendeu? Só vai na espora. Só vai na espora. É na porrada que as coisas acontecem. Não era para ser assim. Nós estamos em um mundo de diálogo, de civilização, mas é quando dá porrada que a coisa acontece.

Então, eu vim aqui novamente, hoje, pedir concentração, se dedique, porque é uma oportunidade que poucos têm. É uma nobreza ser Diretor do DER. Os diretores do DER que foram homens competentes seguiram carreira política. Tem aqui um deputado que é ex-diretor DER, Deputado Ezequiel Neiva; Lúcio Mosquini, Deputado Federal; Raupp, Senador da República e Governador.

E do jeito que está indo aí o nosso Diretor não vai ganhar em uma carreira política nem para vereador. Infelizmente. Então, eu queria dizer que a oportunidade é motivo de honrá-la e está faltando honra por parte dele.

Obrigado, senhores deputados. Encerro aqui as minhas palavras dizendo: rogo por dias melhores para o DER e para aqueles que trabalham lá. Eu estou junto com o servidor e não irei desistir. Só vou sossegar a hora que realmente o reconhecimento de todos for feito.

O SR. JESUINO BOABAID – Senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Presidente, uma Questão de Ordem.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Só um minutinho, eu quero endossar aqui as palavras do Deputado Jean Oliveira, mas nós que trabalhamos, muitos deputados aqui trabalham, com diálogo, com a diplomacia, nós temos feito esse trabalho.

Quando o Deputado Jean fala que tem que ser com rigor, na porrada ou na espora me preocupa, porque eu sempre trabalhei com diálogo. E quero acreditar que não fui atendido lá pelo DER não ter condições de estar me atendendo nessas demandas, que nós fizemos a tratativa junto com o Governador, e não porque nós estamos não usando a truculência. Espero isso, que não seja necessário, esta Casa usar a truculência para as coisas acontecerem dentro do Estado de Rondônia.

Com a palavra o Deputado Ezequiel Neiva.
AQUIIII 93

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Presidente, eu só queria ponderar aqui algumas situações, no discurso do Deputado Jean, acho que ele tem razões em boa parte, em outras não. E vou começar rapidinho aqui pela questão da produtividade.

Na época, Deputado Jean, nós até sentamos com os sindicatos, porém quando se fala em incorporar ao salário R\$ 3.000,00, por exemplo, do operador de máquina pesada, da sua produtividade, vai se incorporar também o desconto do Imposto de Renda. E ele vai perder ali um bom percentual dessa gratificação. Então há de se fazer um estudo para essa incorporação ir ao salário do servidor quando da sua passagem para inatividade, da sua reserva. Mas na atividade, efetivamente, ele vai perder quase 30% de Imposto de Renda, isso também não é vantagem nenhuma. Na época reuniu-se com os sindicatos e eles acharam por bem que não era vantagem fazer essa incorporação.

Então, pode ser estudado um momento para que isso seja feito, quando da passagem para a reserva do servidor, e aí sim, fazer a incorporação porque daí na reserva ele não tem direito a produtividade, porque ele não vai estar assinando produtividade, mas ele vai estar vai ter esse incorporado no seu salário que daí passa, sim, também o desconto.

Quanto à questão do Eder, Deputado Jean e senhores deputados, há muitas questões a serem discutidas. Por exemplo, será que o adjunto foi o Eder que escolheu? Será que o Diretor Operacional, que está lá trabalhando com ele, foi ele que escolheu? Porque se o Diretor Operacional não for um "cabra pé-quente", que tem ardência, que tem sangue quente, que vai para o campo, correr todas as rodovias, as pontes para saber o que que está acontecendo, coitado do Diretor fica perdido. Um dia ele está no MP (Ministério Público), outro dia ele está no Tribunal de Contas, outro dia ele está no Tribunal de Justiça. É muita coisa que envolve um Diretor.

Então precisa, sim, saber também quem é esse Diretor Operacional, se é da confiança do Eder, se é ele que está fazendo esse trabalho ou se ele não está deixando o Eder levar esse peso sozinho, Senhor Presidente, era isso.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. ALAN QUEIROZ - Presidente, permita uma Questão de Ordem também, em seguida Excelência, por favor.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Questão de Ordem Jesuino Boabaid.

O SR. JESUINO BOABAID – Senhor Presidente, só para registrar a presença do Tenente Costa e demais policiais da reserva remunerada que aguardam aqui no

plenário a aprovação do Projeto de Lei que irá, em tese, contemplá-los. Então, fazer esse registro em nome do Tenente Costa e todos os militares da reserva. Inclusive aqui, o nosso Sargento, Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Meu amigo Sargento Costinha. O Costinha - eu tive a oportunidade de trabalhar na viatura com ele em Cerejeiras, por alguns anos. Eu era patrulheiro e ele Comandante da RP. Muitas noites trabalhando ali, Cerejeiras, Pimenteira e Corumbiara. Aprendi a trabalhar na Polícia Militar com o Sargento Costa, época todo mundo chamava de Costinha. Bem-vindo, meu amigo Costinha. Que Deus abençoe você e parabéns pela sua brilhante carreira à frente desse sindicato, que engrandece o Estado de Rondônia e toda a corporação dos nossos policiais militares, já do quadro federal.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Ezequiel Neiva e Deputado Jesuíno Boabaid. Com a palavra, Excelentíssimo Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ – Presidente, só para ainda contribuir com a questão da discussão aqui dos servidores. O que eu aqui também opino como uma sugestão, Deputado Jean Oliveira, até concordo com o que diz aqui o Deputado Ezequiel, é que de fato assim a preocupação existe quando a gente perde essa gratificação aí durante a incorporação, tem a questão do Imposto de Renda.

Tem essa preocupação? Sim. Mas, sem dúvida, a maior preocupação é de o servidor correr o risco de ir para sua aposentadoria sem ter de fato um salário justo. Acho que essa preocupação é muito eminente em quem é servidor de carreira. E aí eu quero aqui sugerir que as discussões aconteçam como tem acontecido quando mandam aqui para Casa e todas às vezes nós discutimos e aprovamos aqui, Deputado Cirone Deiró, que é a recomposição do índice inflacionário.

Todos os Poderes encaminham para essa Casa, Tribunal de Contas, Ministério Público, todos encaminham para essa Casa a recomposição do índice inflacionário. Pelo menos isso que seja contemplado os nossos servidores: essa recomposição que foi perdendo ao longo do tempo do índice da inflação.

Pois se recompor e, iniciar por aí nessa recomposição que está sendo já colocado para diversos servidores do Estado de Rondônia, a gente já tem um bom início sabe. Tem um uma boa largada para gente melhorar a questão salarial dos nossos servidores do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Alan Queiroz.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Cirone.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Com a palavra, Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só para colaborar com a fala do Deputado Ezequiel Neiva, a produtividade percebida pelos servidores do DER são de caráter remuneratório e não de caráter indenizatório. Eles já tributam Imposto de Renda sobre elas. A previdência já é tributada em cima disso e eles já percebem 13º sobre a produtividade.

Então, o impacto para o servidor ele é inexistente. E o que o Estado passa a pagar com isso? O 13º já paga. Um terço de férias já paga e as férias também já paga. Vai começar a contribuir de forma patronal a incorporação, somente isso. Então, é uma coisa que só traz benefício para o servidor.

Se no passado foi feita essa análise foi errônea, mas como eu disse, eu fiz aqui uma sugestão sem estudo nenhum e eu apontei isso dessa forma. Sem precisar de R\$ 300 mil para poder fazer um PCCR que não vai ser utilizado, pelo menos por essa gestão, porque está só levando com a barriga.

Para que pagar R\$ 300 mil para fazer um PCCR que, na intenção dessas pessoas, nunca era realmente colocar em prática. Então, só foi jogar dinheiro, fora para ganhar tempo com o servidor. Eu acredito que a incorporação parcial dessa produtividade é interessante. Ela não perde o poder de força do Estado de forma incentivadora e, ajuda o servidor, então, deve ser parcial. Não pode, não é justo que essa produtividade seja maior do que o salário. Não é certo, não é justo. R\$ 2.000,00 ganha um servidor motorista, R\$ 2.000,00. E aí ele ganha R\$ 2.500,00, R\$ 3.000,00 de produtividade. É totalmente injusto, desumano. Não dá para aceitar isso. É simples: é tentar chegar no meio termo.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Eu concordo plenamente com Vossa Excelência. O servidor do DER, realmente precisa, como todos os servidores, ser bem remunerado para apresentar um bom resultado. Porém, foi o que se encontrou a época uma situação para valorizar os servidores foi a questão da produtividade. Isso foi muito bem recebida por todos servidores. Agora, se colocar isso no contracheque do servidor, obviamente todos ficar muito contente. Mas, na época, houve-se um estudo e não foi aceito não, viu Deputado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Bom, a discussão precisa sim de um estudo, como dito pelo Deputado Ezequiel Neiva e Deputado Jean Oliveira. E é fato que nossos servidores não podem chegar no momento da sua aposentadoria e ter os chamado penduricalhos nos seus salários, tirados e não conseguir se manter com dignidade na sua melhor idade ou na terceira idade, assim como queiram chamar.

Nós precisamos sim, que seja feito um estudo sério, discutido com a categoria, discutido com os servidores e que tenha a produção para elevar o estímulo à produção de serviço, mas que nossos servidores também, na hora da aposentadoria, receba o seu salário digno, para ter uma aposentadoria digna daquele que representou e trabalhou por tantos anos servindo o

Estado de Rondônia.

Encerrada as Breves Comunicações, passaremos ao Grande Expediente. Não tem oradores inscritos. Está encerrado o Grande Expediente. Passaremos à Ordem do Dia.

Solicito ao Deputado Alan para secretariar aqui. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) –
Procede a leitura das Proposições, a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer ao Poder Executivo Estadual com cópias à Casa Civil e ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de ampliação da Estadualização da linha 07 (RO 418), iniciando na divisa do Município de Cacoal/Ministro Andreazza até a divisa do Município de Rondolândia, no Estado do Mato Grosso.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, informações e providências quanto à implementação de sinalização de trânsito (horizontal e vertical) na RO 383, no trecho que interliga os Municípios de Rolim de Moura e Alta Floresta D'Oeste.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Requer a convocação de autoridades, para em Comissão Geral durante sessão plenária do dia 27 de agosto de 2024, tratar das medidas administrativas necessárias, quanto aos procedimentos de ordem financeira e orçamentária, para a aplicabilidade da valorização funcional dos integrantes das forças de segurança em atuação no âmbito do Estado de Rondônia.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Requer informação ao Governo do Estado de Rondônia acerca da pretensão da contratação das operações de crédito junto às instituições financeiras públicas e/ou privadas, nacionais e/ou internacionais, com a garantia da União e dá outras providências.
- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM informações referentes acerca das providências tomadas sobre o surgimento/aumento das queimadas no Estado de Rondônia, que estão afetando a qualidade da atmosfera, prejudicando a saúde da população.
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Assegura ao profissional de educação física que presta serviços personalizados, personal trainer, a limitação na cobrança ao acesso às academias e unidades de promoção de saúde física nos horários de atendimento aos seus alunos regularmente matriculados nas respectivas unidades.
- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Garante a consignação nos registros do Policial Militar e do Bombeiro Militar, que passam para a inatividade, o posto ou graduação correspondente aos proventos que

recebem.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Acrescenta o parágrafo único ao artigo 8º da Lei Complementar nº 1.247 de 31 de julho de 2024, que "Institui as Superintendências Regionais de Educação, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação – Seduc, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 680, de 7 de setembro de 2012, altera anexo de Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, e revoga a Lei Complementar nº 829, de 15 de julho de 2015."

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Resolução nº 389, de 15 de dezembro de 2017 que "Dispõe sobre as especialidades e as atribuições dos cargos de provimento efetivo da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia."

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, Estado de Rondônia, pedido de informações detalhadas em relação ao sistema de regulação de leitos e de cirurgias ortopédicas no âmbito do Hospital João Paulo II.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALAN QUEIROZ. Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, Cel. Marcos Rocha, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado de Saúde – SESAU, Estado de Rondônia, pedido de informações detalhadas em relação à aquisição de material cirúrgico para realizar cirurgias ortopédicas no âmbito do Hospital João Paulo II.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES. Requer, na forma regimental, a retirada de pauta do Projeto de Lei Ordinária nº 67/23 que "Institui o Dia Estadual das Mulheres Rurais."

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES. Requer, na forma regimental, a retirada de pauta do Projeto de Lei Ordinária nº 233/23 que "Estabelece penalidades administrativas destinadas a combater o roubo, o furto e a receptação de cabos de fios metálicos, geradores, baterias, transformadores e placas metálicas no âmbito do Estado de Rondônia."

- REQUERIMENTO DE AUTORIA COLETIVA. Requer a revogação do Requerimento nº 05/2023, de 16 fevereiro de 2023.

Lido, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas, iniciando pelos Requerimentos legislativos, que serão lidos e apreciados em bloco.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – Meu líder, eu vou pedir que seja individual por um ser coletivo e o outro do Deputado Jesuino Boabaid.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Requer a convocação de autoridades, para em Comissão Geral durante sessão plenária do dia 27 de agosto de 2024, tratar das medidas administrativas necessárias,

quanto aos procedimentos de ordem financeira e orçamentária, para a aplicabilidade da valorização funcional dos integrantes das forças de segurança em atuação no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o Requerimento que acaba de ser lido. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

O SR. JESUINO BOABAID – Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Fala, Senhor Excelentíssimo Deputado Jesuino Boabaid.

O SR. JESUINO BOABAID – Foi aprovado o Requerimento de convocação porque, infelizmente, a gente vê um certo descaso por parte de alguns secretários a respeito do tratamento que a gente vem fazendo de forma cordial. A gente fez um convite para uma audiência, na segunda-feira, de Instrução Legislativa e se manifestaram no sentido que tinham agenda em outros lugares. E a pauta é séria. Aqui nós temos militares, mas o que está sendo discutido e que será deliberado na terça-feira é uma decisão da lavra do Tribunal de Contas, Crispim, que apontou o valor de R\$ 1 bilhão e cem a mais na valorização salarial das forças de segurança.

E quando eu falo Força de Segurança, eu falo Polícia Penal, Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiro Militar e Polícia Técnica. Então é por isso que eu fiz a convocação. E eles achando por bem, na sexta-feira — que eu também tenho uma pré-agenda — na sexta-feira vierem, no período da tarde, todos que estão sendo chamados, que são: Secretário de Segurança, Sepog (Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão), Sefin (Secretaria de Estado de Finanças), Polícia Militar e Bombeiro Militar e nós iremos fazer o convite também ao Tribunal de Contas, que é parte que manifestou no sentido desse apontamento de um bilhão e cem, a gente dá pela perda do objeto. Caso contrário será mantido para terça-feira essa Comissão Geral. É isso que eu queria falar, Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuino Boabaid. Questão de Ordem, Excelentíssimo Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES – Deputado Jesuino, só para eu entender, o impacto era aproximadamente R\$ 900 milhões. Esse R\$ 1 bi e meio é mais esses R\$ 900 milhões ou é a diferença de R\$ 300 milhões que o Tribunal de Contas apontou? Como é que é?

O SR. JESUINO BOABAID – Deputado, é algo assustador. Era previsto R\$ 960 milhões e o Tribunal de Contas está apontando mais R\$ 1 bi e cem.

O SR. PEDRO FERNANDES – A mais? **(fora do microfone)**

O SR. JESUINO BOABAID – A mais. Totalizando R\$ 2 bilhões e cinquenta. É um negócio, assim, que a gente quer chamar todos autores e os interessados para manifestar. Porque amanhã ou depois eles podem falar “olha a segunda e a terceira parcela estão prejudicadas e não serão implantadas”. E a gente tem que ter essa cautela devida aqui no Poder Legislativo porque vários deputados, todos os deputados, apoiaram as Forças de Segurança, pilar mestre para a sustentabilidade das demais Secretarias, das demais, para o Poder, na verdade, — seja Judiciário, Legislativo, Executivo — funcionar. Sem segurança a máquina não funciona. É fato isso.

Então hoje a nossa preocupação é essa. Vem secretário de finanças e fala: “eu tenho de onde tirar esse orçamento, eu tenho”. Então a gente fica tranquilo e segue a vida.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuino. Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DE AUTORIA COLETIVA. Requer a revogação do Requerimento nº 05/2023, de 16 fevereiro de 2023.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o Requerimento que acaba de ser lido. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Deputado Delegado Camargo contra, Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – O Deputado Delegado Camargo vota contra o Requerimento.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – O Deputado Delegado Camargo vota contra. Registrado o voto contrário do Deputado Delegado Camargo. Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 473/2024 DO PODER EXECUTIVO/ MENSAGEM 86. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 13.695.247,52, em favor da unidade

orçamentária Fundo Especial de Proteção Ambiental — Fepram.

Presidente, ao projeto falta parecer da Comissão de Finanças.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Projeto de Lei 473/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 86. O projeto está sem parecer. Solicito ao Deputado Jesuino Boabaid dar parecer em plenário pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUINO BOABAID - Senhor Presidente, trata-se do Projeto de Lei 473/2024 do Poder Executivo, Mensagem 86, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 13.695.247,52, em favor da unidade orçamentária Fundo Especial de Proteção Ambiental — Fepram."

Essa matéria encontra-se com todos os preceitos regimentais, constitucionais e o nosso parecer é favorável.

Lembrando, inclusive, que nós estamos tendo diversas queimadas, diversas ações de marginais, que se pode falar assim, que Porto Velho está tomada por fumaça. Então, essa matéria aqui é para que sejam autorizadas as fiscalizações por parte da Sedam. Então, é importante o Poder Legislativo hoje autorizar esse Projeto de Lei para que inicie de forma mais ferrenha o combate a essas pessoas que estão atentando contra a saúde, contra ao meio ambiente e contra a sociedade em geral.

Nosso parecer é favorável, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o parecer do Excelentíssimo Deputado Jesuino Boabaid. Não havendo quem queira discutir, em votação. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o Projeto de Lei 473/2024, Mensagem 86 do Poder Executivo. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - PROJETO DE RESOLUÇÃO 73/2024 DA MESA DIRETORA. Altera, acrescenta e revoga positivos da Resolução nº 389, de 15 de dezembro de 2017 que "Dispõe sobre as especialidades e as atribuições dos cargos de provimento efetivo da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia."

Projeto também, Presidente, falta aparecer.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Solicito ao Deputado Jesuino Boabaid dar parecer ao Projeto de Resolução 73/2024, de autoria da Mesa Diretora.

O SR. JESUINO BOABAID - Senhor Presidente, Projeto de Resolução 73/2024, de autoria da Mesa

Diretora que "Altera, acrescenta e revoga positivos da Resolução nº 389, de 15 de dezembro de 2017 que "Dispõe sobre as especialidades e as atribuições dos cargos de provimento efetivo da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.""

É uma matéria que se encontra dentro dos preceitos constitucionais e regimentais. O nosso parecer é favorável para as demais tramitações.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em discussão o parecer do Excelentíssimo Deputado Jesuino Boabaid. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão o Projeto de Resolução 73/2024, de autoria da Mesa Diretora. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. ALAN QUEIROZ (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 607/2024 DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Garante a consignação nos registros do Policial Militar e do Bombeiro Militar, que passam para a inatividade, o posto ou graduação correspondente aos proventos que recebem.

Projeto também, Senhor Presidente, está sem parecer.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Esse projeto aqui é aquela questão que o policial paga imposto acima?

O SR. JESUINO BOABAID – Isso, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Ah, muito bom.

Projeto de Lei 607/2024, de autoria do Excelentíssimo Deputado Jesuino Boabaid. Está sem parecer. Solicito ao outro policial militar, Deputado Ezequiel Neiva, emitir o parecer em plenário pelas Comissões pertinentes. Polícia trabalhando em conjunto.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Senhor Presidente, enquanto o relator se dirige à tribuna, peço a gentileza do proponente da matéria poder explicar para que possamos votar com segurança, principalmente os colegas que se encontram em modo remoto.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Solicito ao Deputado Jesuino Boabaid explanar para os deputados que estão de forma remota o teor do projeto.

O SR. JESUINO BOABAID – Pode ser depois, Deputado Camargo, que o deputado manifestar o parecer?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Sem problema. Vossa Excelência

está no comando. Sem problema.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Senhor Presidente, senhores deputados, todo o nosso público presente aqui, trata-se do Projeto de lei 607/2024, de autoria do Deputado Jesuino Boabaid, que “Garante a consignação nos registros do Policial Militar e do Bombeiro Militar, que passam para a inatividade, o posto ou graduação correspondente aos proventos que recebem.”.

Vou deixar para o Deputado Jesuino, foi ele o autor do projeto.. então, Vossa Excelência pode dar o esclarecimento. Mas, quero parabenizar de ante mão Vossa Excelência pela iniciativa do Projeto de Lei.

Esse projeto, Senhor Presidente, também encontra-se dentro das nossas técnicas regimentais, é constitucional e legal. Portanto, o nosso parecer é favorável ao presente projeto e parabenizo o Deputado Jesuino pela iniciativa.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Para discutir o parecer.

O SR. JESUINO BOABAID – Para discussão, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Para discutir o Deputado Jesuino Boabaid.

O SR. JESUINO BOABAID – Para clarear, inclusive a pedido do Deputado Camargo, e assim nós iríamos fazer também. Esse projeto trata-se de um pedido inclusive de vários policiais militares, bombeiros militares, pensionistas, reformados que no ano de 2013, no então na época o Governador Confúcio Moura, deferiu para aqueles que foram transpostos para a União - eu digo transpostos -, a possibilidade de reconhecer o grau acima. E o que é isso, Deputado Jesuino? O policial e o bombeiro militar pagam um certo valor pelos últimos cinco anos da sua carreira e levam para a inatividade uma graduação se for praça e se for oficial, um posto.

Todavia, no caso, como vem a Lei Federal 13.954, que é da proteção social, e a 5.245 que ratificou a não possibilidade de ter promoção na sua reserva, nós estamos dando uma redação para que haja confirmação, reconhecimento, daqueles que forem transpostos com ações judiciais, que inclusive, já têm sentenças favoráveis de primeiro e segundo grau, seja reconhecido esse direito também, como foi lá atrás de uma forma mais ampla - que a forma mais ampla foi no sentido inclusive, de dar mais robustez quanto a sua prerrogativa.

Aqui não, aqui a gente não está dando em nenhum momento prerrogativa. A gente não está dando em nem um momento aumento de despesas. A gente está apenas fazendo um reconhecimento de que o policial militar até dia 31 de dezembro de 1991, que foi incorporado nas respectivas corporações, seja reconhecido esse direito e que a União possa também, trazer todos os benefícios à ordem financeira.

Então é isso. Se eu não me fiz entender, qualquer dúvida, vocês podem inclusive questionar. O ex-deputado Eyder aprovou no ano de 2022 uma matéria similar. Todavia, a Casa teve que manter o Veto porque entendeu-se - o Procurador naquela época, acredito que foi o Maxwel -, que não poderia ter essa promoção e por isso, nós fizemos a 4 mãos. Inclusive, eu conversei com os advogados da Aspometron (Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Ex-Território de Rondônia), com o Subtenente Costa, que é o Tenente Costa, e nós entendemos por bem chegar nesse consenso, nessa leitura, nessa matéria, que vai, sim, possibilitar – em sendo sancionado pelo Governador -, esse direito desses homens, mulheres que carregaram a Polícia, o Bombeiro Militar do Estado de Rondônia e merecem ser reconhecidos, sim, por esse direito. Até porque o Estado, volto a dizer, não terá nenhum prejuízo financeiro.

A SRA. DRA TAÍSSA (Por videoconferência) - Boa tarde. Deputado Jesuíno me tira só uma dúvida, perdão. O senhor falou da transposição pela União e na verdade, seria a progressão, não é? Só me tira uma dúvida, como é que fica a questão da competência nesse caso? Porque também, estou dando uma lida no projeto, mas legalmente falando, só para eu entender.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Qual competência a senhora fala?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Porque o senhor está falando que não vai ter prejuízo nenhum para o Estado. Então, seria competência da União?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, não. Quando falo a questão, deputada, que nós policiais, inclusive, Vossa Excelência foi policial...

A SRA. DRA TAÍSSA (Por videoconferência) - Não é questão da causa. A causa é justa...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, eu não estou falando da causa. Calma, eu vou chegar...

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Falo no sentido de... só a legalidade, só para eu entender.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Ah, a questão da legalidade. Tudo bem.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Como existem várias ações judiciais que eu iria colocar aqui, várias ações judiciais tramitando, o reconhecimento desse posto do grau acima, como não trata de aumento de despesa, como não trata de matéria que possa trazer um prejuízo ao erário, então, a gente está apresentando

essa propositura ao Executivo que tem, sim, o condão de sancionar o projeto ou vetar.

Agora, a competência é estadual. Agora, a questão da União a gente não está interferindo, porque a União só tem que receber o servidor, a exemplo público do ex-território, e ter o assento se ele é por exemplo, Subtenente, ele tem que ser Subtenente reconhecido nas fichas, ou seja, na nossa ficha individual, no nosso contracheque.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – O carimbo já sai daqui, não é?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso, é isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – O carimbo já sai daqui para a gente grampear. O carimbo já está resolvido.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso, isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Praticamente. Na prática. Eu entendi, porque no lugar de judicializar, você vai fazer formalmente, administrativamente.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso. Mas, não é transposto, não, deputada. É quando ele tiver..

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Eu não estou falando da transposição, eu estou falando do carimbo da progressão.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Isso, isso, do reconhecimento. É isso mesmo.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Isso.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – É porque quando da progressão, hoje, por exemplo, ele é 1º Tenente e vai com o posto acima, mas ele só recebe os proventos, ele não é Capitão. Então, se passar para o quadro federal, o quadro federal vai receber a promoção atual dele e não o do posto acima.

Por isso, a necessidade desta lei que o Deputado Jesuíno está colocando. Porque se o Governador, agora, através dessa lei, editar um Decreto na promoção desses policiais militares, tanto Praça quanto Oficiais, eles vão estar legitimamente, vai passar para o quadro federal, já no posto que eles estão percebendo hoje, recebendo. Vai ser melhor, vai entrar mais dinheiro e vai circular no Estado, porque vai melhorar o salário de todo mundo. Parabéns.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Eu agradeço, Deputado Jesuíno, e gostaria de aproveitar a temática da pauta da segurança pública, porque na Sessão anterior o Deputado Jesuíno

apresentou, diga-se de passagem, um excelente projeto - já aprovado no Estado de Santa Catarina -, que é no tocante à uma multa administrativa para aqueles que forem apreendidos com até 40 gramas de substância do tipo maconha.

Então nós teríamos, como não é mais crime, uma infração administrativa, colocando uma multa. Esse projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Rondônia e a destinação desse valor, consta lá que seria para um fundo de reaparelhamento da Polícia Militar, e creio que como medida de justiça, através de um projeto de autoria coletiva de todos os demais parlamentares, buscando fazer equidade, nós sugerimos - todos os deputados -, que também fosse dividido este valor com o fundo de reaparelhamento da Polícia Civil.

Então, eu solicito ao Presidente, Deputado Cirone Deiró, eu não sei se está na pauta dessa Sessão, porque eu não consegui acompanhar a leitura rápida da Ordem do Dia. Mas, se possível, nós colocarmos como forma de justiça, de equidade essa alteração na legislação para que esse valor arrecadado através das multas administrativas para aqueles que estiverem portando substância entorpecente, seja dividido de forma equânime entre a Polícia Civil e a Polícia Militar: 50% conforme o projeto de autoria coletiva repito, que já foi postado lá nos grupos dos deputados.

Então, se Vossa Excelência puder, junto com os demais membros da Mesa, dar celeridade eu ficaria grato. Muito obrigado.

O SR. JESUINO BOABAID - Senhor Presidente, só para dar aqui a uma manifestação. Deputado Camargo, eu até já me manifestei no grupo de deputados. A questão é 50% para a Polícia Civil e 50% para Polícia Militar e aí eu penso que é algo que se torna injusto. A partir do momento que o policial militar que está na frente está lá todos os dias no combate ao crime, ele vai ter que dividir com a Polícia Civil 50%? Aí não.

Como eu coloquei no grupo, faça 100% para aquele, a exemplo, até o Deputado Lucas me deu uma sugestão hoje: o TCO (Termo Circunstanciado de Ocorrência) que for feito pela Polícia Militar, mais o Ministério Público, a Justiça, mandou retornar e vai para Polícia Civil. Quem conduziu o procedimento, o Inquérito, foi a Polícia Civil? Então, 100% daquela daquele valor seja destinado para à Polícia Civil.

Então, aí pode se criar também, a Polícia Civil, o Diretor-Geral pode se criar uma equipe, não sei, de membros de combate ao crime organizado. O que eu penso é que a Polícia Militar sempre é sacrificada, ela é sempre penalizada. Em 2009, o então Ivo Narciso Cassol, Governador da época, a pedido de um deputado, foi lá e cessou o anexo do nosso Fundo, e a Polícia Militar não arrecada nada. Nada, absolutamente nada, vive com "pires na mão".

Diferente da Polícia Civil, que ainda arrecadava com a questão das Carteiras de Identidade. E agora a gente vai ter que dar 50%, isso já gerou um certo desconforto nos grupos de polícia. E a gente não quer

esse confronto.

Então, que coloque uma Emenda justa e adequada: 100% para quem conduzir o inquérito, para quem ser o primeiro a lavar o TCO. Eu penso assim, mas no momento oportuno a gente pode discutir de uma forma tranquila, não é? E chegar no consenso. Até porque para desagradar nem A nem B.

Mas, realmente a corporação Polícia Militar já teve um descontentamento no final do ano com aquela "manga", que o senhor bem sabe disso. A gente sabe dessa "manga". Soldado, Cabo, 3º Sargento tiveram uma valorização não a contento. Então, ainda mais isso que a gente está buscando, que o Governo do Estado de Rondônia não sancionou, que fique o registro. Foi promulgado por essa Casa, Deputado Marcelo Cruz, que é Presidente desse Poder Legislativo. Que o Executivo não quis, lavou as mãos, fez igual Pôncio Pilatos. E agora, cabe a regulamentação que acredito que vai perdurar por muito tempo.

Se nós, deputados aqui também não fizer gestão, essa matéria não vai ser regulamentada, e os maconheiros, todos que estão aí utilizando droga vão continuar fazendo essas arruaças. Então, a gente tem inclusive fazer essa manifestação, Deputado Camargo, sentido de regular. Mas, eu sou de apoio também na Emenda.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Deputado Jesuino, eu concordo com Vossa Excelência, que nós precisamos amadurecer. Quem sabe nós podemos até atuar junto a direção da própria Polícia Civil, junto às instituições diretamente interessadas saber qual é a forma mais justa e equânime de fazer essa divisão. O importante é que nós possamos atuar para que haja unidade e um consenso entre as forças de segurança pública, já tão fragilizadas no Estado de Rondônia por diversas causas.

Então, não vejo problema algum. Podemos, sim, amadurecer, inclusive junto à direção de ambas instituições, para que nós possamos chegar a um consenso. E aí, sim, destinar uma porcentagem correta, seja através de um TCO lavrado pela Polícia Civil ou pela Polícia Militar.

O importante é que nós possamos dar um reconhecimento a todas as forças de segurança pública, que acabam de uma forma ou outra contribuindo para a sensação de segurança no Estado de Rondônia. Então, eu agradeço e me coloco à disposição de Vossa Excelência também para ajudar na concretização dessa divisão.

O SR. JESUINO BOABAID – Obrigado, Deputado Camargo. Certamente vamos ombrear para chegar nesse consenso.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Camargo. Obrigado, Deputado Jesuino. Para discutir o parecer, mais alguém? Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis

permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Para discutir o Projeto de Lei 607/2024, de autoria do Deputado Jesuino Boabaid. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.** Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 604/2024 DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Altera a redação do Art. 6º da Lei nº 3.161 de 27 de agosto de 2013.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – O projeto está sem parecer. Solicito ao Excelentíssimo Deputado Lucas Torres, dar parecer em plenário, pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUINO BOABAID - Senhor Presidente, enquanto o relator vai ao plenário, eu vou só colocar o áudio do deputado, pode colocar? Ele não está presente, mas ele tirou a vista. Ele tem que registrar a presença? Mas ele tirou a vista, eu ia registrar aqui que ele tirou. Mas a gente trabalha de forma remota. A gente pode enfrentar o caso concreto, bota para a plenária.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Parecer do Deputado Lucas Torres.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Presidente, Deputado Jesuino, Vossa Excelência aqui falou com ele? Por gentileza, liga para ele. É só ele pedir o registro da presença.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor Presidente, colegas parlamentares, população presente, trata-se do Projeto de Lei 604/2024, de autoria do Excelentíssimo Deputado Estadual Jesuino Boabaid, que "Altera a redação do Art. 6º da Lei nº 3.161, de 27 de agosto de 2013."

Compulsando detidamente os autos do presente projeto, verifico que a legislação mencionada regulamenta a respeito do Colégio Tiradentes da Polícia Militar. E na referida legislação, o artigo hora alterado anteriormente referia-se ao repasse, por parte da Seduc, às Associações de Pais e Mestres. E o nobre deputado apenas moderniza a norma, que outrora se referia às Associações de Pais e Mestres, atualizando a nomenclatura atualmente para o Conselho Escolar das Unidades CTPM. Consiste apenas nesta singela alteração a nova redação que será alterada a partir da vigência desta presente lei, do artigo 6º da referida norma mencionada e em discussão.

Compulsando, como foi mencionado o presente projeto, afirmamos que estão atendidos os requisitos de constitucionalidade, juridicidade, legalidade e regimentalidade. Portanto, o parecer pelas Comissões pertinentes é favorável, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Excelentíssimo Deputado Delegado Lucas Torres. Para discutir o parecer. Não havendo quem queira discutir, em votação. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Para discutir o Projeto de Lei 604/2024, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUINO BOABAID – Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Para discutir, Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUINO BOABAID – Só para esclarecer e agradecer a todos os deputados, a todos os policiais da reserva que estiverem presentes. O projeto não tem necessidade de votar segunda discussão, já vai para análise de sanção ou veto do governo.

E esse projeto trata-se de uma alteração que somente a Escola Tiradentes I ficava com a Associação Tiradentes e o domínio sobre administração dos recursos públicos, e nas demais é o Conselho Escolar. Então, hoje nós estamos justa e colocando que o Conselho administre o recurso que ora é encaminhado para a Escola Tiradentes I, que é referência no Estado de Rondônia.

Realmente a gente tem que se orgulhar, tem que parabenizar não só a Direção que tem ali o Major Lucas, a todos os professores, a todas as pessoas que ali trabalham nessa Escola Tiradentes I. Meus filhos estudaram lá, vários filhos de policiais, de bombeiros que hoje estão numa condição que são médicos, que são advogados, que seguiram uma carreira, inclusive, bem brilhante no Estado de Rondônia. Então, é isso que eu queria colocar para todos aqui, deputados.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuíno. Mais alguém para discutir? Não havendo quem queira discutir, em votação. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o Projeto de Lei 604/2024, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 580/2024 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 156. Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei nº 3.265, de 5 de dezembro de 2013.

Esse projeto já estava com parecer. Tem uma Emenda do Deputado Jesuíno. Está faltando o parecer da Emenda.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – O projeto se encontra com pedido de vista do Deputado Jesuíno e do Deputado Edevaldo Neves.

Eu gostaria que os dois se manifestassem em relação à retirada da vista.

O SR. JESUINO BOABAID – Senhor Presidente, em uma reunião em comum acordo com a Sejus, inclusive com o Deputado Edevaldo e os técnicos, chegamos nesse consenso e eu estou tirando o pedido de vista. O Deputado Edevaldo também tirou e mandou um áudio.

O SR. EDEVALDO NEVES (Áudio via WhatsApp) – Retiro, sim, Deputado Jesuíno, o pedido de vista.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Senhor Presidente, esse projeto é da Sejus?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – É da Sejus.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – É possível pedir vista dele ainda ou não?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – É possível.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Então, eu quero pedir vista.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Vista concedida ao Deputado Jean Mendonça. Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 69/2024 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 77. Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017. Falta parecer da Comissão de Finanças.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Solicito ao Excelentíssimo Deputado Jesuíno Boabaid dar parecer em plenário pelas Comissões pertinentes do Projeto de Lei Complementar 69/2024, do Poder Executivo, Mensagem 77.

O SR. JESUINO BOABAID – Senhor Presidente, trata-se do Projeto de Lei Complementar 69/2024, que “Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017.”. A matéria inclusive já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, faltando apenas manifestação da Comissão de Finanças. Nosso parecer é favorável pelo seguimento da matéria.

(Às 17 horas e 31 minutos, o Senhor Cirone Deiró passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Parecer favorável do Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão única e votação o Projeto de Lei

Complementar 69/2024. Os deputados favoráveis votarão "sim", os contrários votarão "não". Deputado Ezequiel Neiva, faça a chamada nominal dos parlamentares.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) - Qual a numeração do projeto, Presidente? Por gentileza. Deputada Dr^a Taíssa falando. Desculpa, é que eu estou meio resfriada.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputada Dr^a Taíssa, foi aquela fumaça do incêndio lá que deixou Vossa Excelência gripada.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Nossa! Meu amigo, qual é o número do projeto? Do que se trata? Para eu dar uma olhada na pauta.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Projeto de Lei Complementar 69/2024, que "Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017." Ele trata sobre o Iteron, Instituto de Terras do Estado de Rondônia.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Ah, é aquela situação da Sepat, da ampliação do serviço, haja vista que o Iteron foi extinto do Governo do Estado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Pronto. Vossa Excelência é favorável, não é?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Justamente. A gente tem que melhorar essa questão das terras aí, está um caos no Estado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Isso. Nós temos um problema de regularização fundiária terrível. É o grande gargalo do nosso Estado. A parte ambiental só irá prosperar a partir do momento em que aqueles que estão em cima das terras tiverem responsabilidade sobre elas. E só vai ter responsabilidade na hora que tiver documento. Antes disso, muito difícil cobrar.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – É, e na verdade o que está acontecendo é que agora, com essa ampliação do serviço da Sepat, a gente espera que os Títulos sejam entregues para a população rondoniense — não é? — e os trabalhos comecem a avançar, porque hoje não tem como chegar política pública dentro da propriedade rural. A gente não tem o documento da propriedade.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Como vota o Deputado Affonso Candido? Deputado Affonso Candido como vota? Deputado Alan Queiroz? Deputado Alex Redano? Deputado Cássio Gois? Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ – "Sim", voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputada Cláudia de Jesus? Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS – "Sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Voto "sim", Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Edevaldo Neves? Deputado Ezequiel Neiva vota "sim". Deputada Gislaíne Lebrinha?

A SRA. GISLAÍNE LEBRINHA (Por videoconferência) – "Sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputada Ieda Chaves?

A SRA. IEDA CHAVES – Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Ismael Crispin? Deputado Jean Mendonça?

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) – Deputado Jean Mendonça vota "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Jean Oliveira?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Deputado Jean Oliveira, "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Jesuino Boabaid?

O SR. JESUINO BOABAID – Voto "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Luis do Hospital?

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Por videoconferência) – Deputado Luis do Hospital vota "sim".

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Luizinho Goebel?

O SR. LUIZINHO GOEBEL – “Sim”. **(fora do microfone)**

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Marcelo Cruz?
Deputado Nim Barroso?
Deputado Pedro Fernandes? Deputado Pedro Fernandes?
Deputado Ribeiro do Sinpol?

O SR. RIBEIRO DOSINPOL (Por videoconferência) – Voto “sim”.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputada Rosangela Donadon?

A SRA. ROSANGELA DONADON (Por videoconferência) – Voto “sim”.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Cássio Gois?

O SR. CÁSSIO GOIS – “Sim”.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Alex Redano?
Senhor Presidente, 15 votos favoráveis.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Affonso Candido	- não votou
- Deputado Alan Queiroz	- não votou
- Deputado Alex Redano	- não votou
- Deputado Cássio Gois	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputada Cláudia de Jesus	- ausente
- Deputado Delegado Camargo	- sim
- Deputado Delegado Lucas	- sim
- Deputada Dr ^a Taíssa	- sim
- Deputado Edevaldo Neves	- ausente
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- sim
- Deputada Ieda Chaves	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- não votou
- Deputado Jean Mendonça	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuino Boabaid	- sim
- Deputado Luis do Hospital	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelo Cruz	- ausente
- Deputado Nim Barroso	- não votou
- Deputado Pedro Fernandes	- não votou
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- sim

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – **Está aprovado o Projeto de Lei Complementar 69/2024 com 15 votos favoráveis.**

Eu quero aqui...

O SR. DELEGADO LUCAS – Pela Ordem,

Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Só um momento, Deputado Delegado Lucas.

Eu quero aqui registrar, para ficar bem claro aqui para a Taquigrafia, que nós colocamos o parecer em votação e ele foi aprovado de forma unânime, não houve manifestações contrárias. O parecer dessa matéria é favorável, emitido pelo Deputado Jesuino Boabaid e agora nós temos a aprovação por 15 votos favoráveis e vai ao Expediente.

Deputado Lucas Torres, questão de ordem.

O SR. DELEGADO LUCAS – Eu quero aproveitar a oportunidade apenas para parabenizar a todos os colegas por terem aprovado, em especial o Deputado Marcelo Cruz, nosso Presidente, com quem me reuni mais cedo e pedi a inclusão em pauta desse projeto.

Esse projeto nada mais, nada menos devolve à Sepat as atribuições que anteriormente teriam sido repassadas ao Iteron e o Iteron já não mais persistirá. Retornou-se então à Sepat as atribuições, mas os recursos devidos para que a Sepat pudesse continuar fazendo o trabalho que vem fazendo no Estado de Rondônia mormente na área rural do nosso Estado, precisavam da aprovação dessa matéria aqui na Casa hoje.

Então, os nossos cumprimentos ao Secretário Tenente Davi e a toda equipe da Sepat para que possam continuar fazendo o trabalho que tem sido feito no interior do Estado de Rondônia.

E quero registrar aqui publicamente que o Deputado Pedro Fernandes também endossou o pedido para que essa matéria fosse pautada, fosse aprovada e tem um trabalho também muito próximo à Sepat, levando regularização para toda região do Vale do Jamari do Estado de Rondônia. É dever nosso como legisladores, como parlamentares darmos condição de governabilidade ao governo e às Secretarias que estão fazendo esse trabalho tão importante e principalmente nós que temos um trabalho para a regularização fundiária.

Então, agradeço aos colegas, ao Presidente Marcelo Custo por pautar a matéria com a certeza de que a Sepat continuará fazendo um belíssimo trabalho.

O SR. PEDRO FERNANDES – Questão de ordem, Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Lucas Torres. Deputado Pedro, questão de ordem.

O SR. PEDRO FERNANDES – Realmente essa matéria tem uma grande importância porque a Sepat precisa de volta essas atribuições para cuidar da regularização fundiária. E nós precisamos realmente votar e aprovar essa matéria. Eu estou junto com o Deputado Lucas. Faço as palavras dele as minhas de apoio a essa matéria.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, Deputado Pedro Fernandes.
Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 13/2024 DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Acrescenta o inciso XI ao artigo 88 da Constituição do Estado de Rondônia. Com Emenda.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – O Projeto de Emenda à Constituição encontra-se sem parecer e tem uma Emenda. Vou chamar o Deputado Lucas Torres para emitir o parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Senhor Presidente, enquanto o Deputado Lucas Torres se dirige à tribuna, solicito ao proponente da matéria que apresente para que nós possamos tomar conhecimento do que se trata, por gentileza.

O SR. JESUINO BOABAID – Deputado Camargo, o artigo 88 da Constituição do Estado de Rondônia diz que são os proponentes do ingresso de Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADIN. Nós, inclusive quando fomos deputados na 1ª Legislatura colocamos os deputados estaduais que tem também autonomia de ingresso dessa ação. E agora, nós estamos colocando também o Procurador-Geral de Estado e também o advogado-geral do Poder Legislativo, dando também autonomia a essas duas personalidades, a essas duas carreiras, no caso, para poderem também ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lembrando que esse Poder Legislativo a qualquer momento pode retirar essa direito e essa autonomia daqueles que estão sendo hoje autorizados, em sendo aprovado, o ingresso de Ação Direta de Inconstitucionalidade. Em suma, é isso, Deputado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Eu compreendi, Deputado Jesuino. Mas, a minha dúvida fica, agora vamos aguardar o parecer do ilustre relator, no tocante à simetria, se essa não seria uma norma simétrica à Constituição Federal. Pergunto se nós não estaríamos inovando no tocante a legitimidade do polo ativo das ADIN's. a Constituição Federal traz de forma bem explícita quais são os entes legitimados e pergunto se nós não estaríamos incorrendo em alguma inovação jurídica e por conseguinte, ferindo a Constituição Federal acabando por se tornar mais uma norma inconstitucional. Essa é apenas a minha dúvida. Acredito que Vossa Excelência tenha se debruçado sobre o tema e também possa trazer um tema e possa trazer um pouco mais de luz. Confesso a Vossa Excelência que nesse momento estou com essa dúvida.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Deputada Drª Taíssa falando. Eu faço jus, como

advogada também, me preocupa bastante essa questão, Deputado Jesuino. O senhor poderia esclarecer para nós essa jurisprudência, porque aparentemente, no meu pequeno conhecimento jurídico aparenta uma norma que vai ser inócua pela questão de inconstitucionalidade.

O SR. JESUINO BOABAID – O senhor quer manifestar e depois eu falo nos debates?
É até melhor que o senhor manifeste o parecer e eu falo depois.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Melhor.

O SR. DELEGADO LUCAS – Assim como Vossa Excelência, Presidente, determinar eu procederei. Posso emitir o parecer?

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Pode, deputado.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor Presidente, senhores deputados, trata-se de Proposta de Emenda à Constituição 13/2024, de autoria do Excelentíssimo Deputado Estadual Jesuino Boabaid, que "Acrescenta o inciso XI ao artigo 88 da Constituição do Estado de Rondônia."

Conforme já foi apresentado pelo proponente da presente Proposta de Emenda à Constituição, o Art.88 da Constituição do Estado de Rondônia elenca quem são as partes legítimas para propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição Estadual. Há um rol no qual estão elencados o Governador, a Mesa da Assembleia Legislativa, o Procurador-Geral de Justiça e diversas outras entidades e atores que podem figurar como parte legítima do polo ativo para propositura de Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

A presente Proposta de Emenda à Constituição visa incluir neste rol no inciso XI, o Procurador-Geral do Estado salientando que há ainda uma Emenda a qual apresenta a inclusão também, do Advogado-Geral desta Casa de Leis. Compulsando detidamente os autos e a vasta documentação jurídica ofertada pelo proponente, disponível em sua justificativa, concluímos que o presente projeto é pela juridicidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa, sendo o parecer, portanto, favorável, Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Parecer favorável do Deputado Lucas Torres, quero agradecer pela proposição...

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Senhor Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Só um momento, deputado. Parecer favorável emitido pelo Deputado Lucas. Em discussão o parecer.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Eu vou pedir vista, Presidente, que é um momento oportuno, porque eu preciso me debruçar sobre a matéria para poder votar com segurança. No entanto, desde já, eu digo ao ilustre proponente da matéria, Deputado Jesuíno, que me comprometo já na próxima Sessão a devolver a presente matéria. Sei que é de extrema relevância, pois trata de uma Emenda à Constituição, mas eu preciso me debruçar sobre o tema, porque essa inovação jurídica eu preciso ter mais segurança para votá-lo. Portanto, solicito a Vossa Excelência o pedido de vista.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Está concedido o pedido de vista. Deputado Jesuíno.

O SR. JESUINO BOABAID - A vista já está autorizada - que é um direito do constitucional regimental -, mas como foi pedido a leitura, o Supremo Tribunal Federal entende que legitimação ativa para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade nas normas em face à Constituição do Estado, a vista no Art. 125, parágrafo 2º da Constituição Federal: "é possível, sendo vedada tão somente atribuição da legitimação para agir a um único órgão".

Então, deputado, não sei se os senhores ouviram, Deputada Taíssa, Deputado Camargo, nós, deputados do Estado de Rondônia, no Art.88, podemos propor Ação Direta de Inconstitucionalidade. Começa governador; começa Mesa Diretora, então colocamos no ano de 2017, salvo engano, é uma Emenda de minha autoria também, os deputados estaduais. O que pode colocar aqui, os legitimados, é acrescentar. Não posso reduzir, mas eu posso acrescentar daqueles que estão consignados ali na Carta Constitucional Federal do ano de 1988.

Então, o senhor pode, seu pedido de vista é legítimo, mas somente aqui dando a clareza, clareando a todos os parlamentares, a todos os cidadãos do Estado de Rondônia que a matéria é constitucional e não padece de nenhum vício de iniciativa.

Então, é motivo pelo qual eu manifesto, se o senhor quiser está tudo assentado aqui na justificativa do Projeto de Lei, inclusive, está no site da Assembleia Legislativa essa questão.

Então, a gente aguarda o seu o seu compromisso, seria então na terça-feira colocar para discussão e votação. Obrigado a todos.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) – Obrigado, deputado Jesuíno. Quero colaborar com Vossa Excelência, essa Proposta de Emenda Constitucional a mim foi solicitada há um tempo atrás e quero parabenizar por Vossa Excelência - eu acabei não apresentando, mas assinei juntamente com Vossa Excelência, de forma muito consciente.

Eu acho justo, e eu acho que legislar, como disse o nosso Deputado Delegado Camargo, trazendo inovação, se a gente for legislar somente com base

na simetria federal, não tem sentido um Parlamento criativo, inovador. Então, eu quero dizer que o pedido é regimental, está concedido o pedido de Vista. Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 93/2024 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 178. Acresce dispositivos à Lei Complementar nº965, de 20 de dezembro de 2017.

Apenas mais um projeto em votação nominal, senhores e senhoras deputados.

(Às 17 horas e 47 minutos, o Senhor Jean Oliveira passa a presidência ao Senhor Cirone Deiró)

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Projeto de Lei Complementar 93/2024 está com pedido de informação do Deputado Ismael Crispin, mas o mesmo já pediu para liberar o pedido de informações.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Áudio via WhatsApp) – Faz um favor para mim? Tem um Projeto de Lei Complementar aí, número 93/2024, tinha um pedido de informação meu, e eu estou fazendo a dispensa do pedido de informação, liberando o projeto. E se caso o Presidente quiser pautar, está tranquilo, sem oposição.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Então, o projeto está liberado o pedido de informação do Deputado Ismael Crispin. Solicito ao Excelentíssimo Deputado Alan Queiroz, dar o parecer em plenário pelas Comissões pertinentes.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Quero pedir, Presidente, também para o ilustre relator poder explicar para a gente do que se trata, já que se trata de Projeto de Lei Complementar e que a votação é nominal, e nós possamos saber e ter certeza daquilo que estaremos votando. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Solicito ao Deputado Ezequiel Neiva, dar parecer em plenário pelas Comissões pertinentes.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Senhor Presidente, senhores deputados, trata-se do Projeto de Lei Complementar 93/2024 do Poder Executivo/Mensagem 178, que "Acresce dispositivos à Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017". Senhor Presidente, o Projeto de Lei Complementar encontra-se dentro da nossa técnica regimental, legal e também constitucional. O nosso parecer é favorável ao projeto em questão, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o parecer do Excelentíssimo Deputado Ezequiel Neiva. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Para a votação do Projeto de Lei Complementar 93/2024 solicito ao Senhor Secretário, Deputado Ezequiel Neiva, fazer chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Affonso Candido, como vota? Deputado Alan Queiroz? Deputado Alex Redano?

O SR. ALEX REDANO – “Sim”, Senhor Secretário.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Cássio Gois? Deputado Cirone Deiró?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Voto “sim”.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputada Cláudia de Jesus? Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Vou me abster, Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Delegado Lucas Torres?

O SR. DELEGADO LUCAS – “Sim”.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputada Dr^a Taíssa? Deputada Dr^a Taíssa, como vota? Deputado Edevaldo Neves? Deputado Ezequiel Neiva, vota “sim”. Deputada Gislaíne Lebrinha?

A SRA. GISLAÍNE LEBRINHA (Por videoconferência) – Voto “sim”.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputada Ieda Chaves?

A SRA. IEDA CHAVES – “Sim”.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Ismael Crispin? Deputado Ismael Crispin, como vota? Deputado Jean Mendonça, como vota? Deputado Jean Oliveira, como vota? Deputado Jesuino Boabaid, como vota?

O SR. JESUINO BOABAID – Senhor Presidente, já está com quantos votos aí?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Seis.

O SR. JESUINO BOABAID – Pulo.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) –

Deputado Luis do Hospital, como vota? Deputado Luizinho Goebel, como vota? Deputado Marcelo Cruz, como vota?

O SR. ISMAEL CRISPIN – Deputado Ezequiel, o Deputado Ismael Crispin vota “sim”.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Ismael Crispin vota “sim”. Deputado Cássio Gois, como vota?

O SR. CÁSSIO GOIS – “Sim”.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Cássio Gois, “sim”?

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Por videoconferência) – Deputado, voto “sim”.

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) – Deputado Nim Barroso, voto “sim”.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Nim Barroso vota “sim”. Deputado Luis do Hospital vota “sim”.

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Deputado Affonso Candido vota “sim”.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Affonso Candido?

O SR. AFFONSO CANDIDO (Por videoconferência) – Voto “sim”, Senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Affonso Candido vota “sim”.

O SR. JESUINO BOABAID - Coloca Deputado Jesuino também, já que todo mundo votou.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Jesuino Boabaid vota “sim”. Deputado Pedro Fernandes, como vota? Deputado Pedro Fernandes? Deputado Ribeiro do Sinpol? Deputado Ribeiro do Sinpol, como vota? Deputada Rosângela Donadon, como vota?

A SRA. ROSANGELA DONADON (Por videoconferência) – Voto “sim”.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Deputada Dr^a Taíssa vota “sim” também. Escutou, Presidente?

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Ok. Deputada Dr^a Taíssa também vota “sim”. São 14 votos, Senhor Presidente.

O SR. NIM BARROSO (Por videoconferência) – Confirmou minha votação? Deputado Nim Barroso.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Nim Barroso vota “sim”.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Está votado.

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Por videoconferência) – Deputado Ezequiel, Deputado Luis do Hospital vota “sim”.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Deputado Luis do Hospital também vota “sim”.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA PRESENCIAL E REMOTA

- Deputado Affonso Candido	- sim
- Deputado Alan Queiroz	- não votou
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cássio Gois	- sim
- Deputado Cirone Deiró	- sim
- Deputada Cláudia de Jesus	- ausente
- Deputado Delegado Camargo	- abstenção
- Deputado Delegado Lucas	- sim
- Deputada Dr ^a Taíssa	- sim
- Deputado Edevaldo Neves	- ausente
- Deputado Ezequiel Neiva	- sim
- Deputada Gislaíne Lebrinha	- sim
- Deputada Ieda Chaves	- sim
- Deputado Ismael Crispin	- sim
- Deputado Jean Mendonça	- não votou
- Deputado Jean Oliveira	- não votou
- Deputado Jesuino Boabaid	- sim
- Deputado Luis do Hospital	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- não votou
- Deputado Marcelo Cruz	- ausente
- Deputado Nim Barroso	- sim
- Deputado Pedro Fernandes	- não votou
- Deputado Ribeiro do Sinpol	- não votou
- Deputada Rosângela Donadon	- sim

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - **Com 14 votos “sim”, nenhum contrário, está aprovado o Projeto de Lei Complementar 93/2024, do Poder Executivo/Mensagem 178. E anotar a abstenção do Deputado Delegado Camargo.**

Nós temos mais uma matéria para votar, mas não é nominal. Estou só esperando chegar aqui o projeto, é da Secretaria de Agricultura. É um pedido de alguns deputados. Eu pedi para buscar o projeto, só vamos aguardar.

Enquanto isso, agradecer a visita do Secretário de Estado, Luiz Paulo, que tem feito um grande trabalho aqui no nosso Estado de Rondônia e quero parabenizá-lo pelo trabalho feito, sempre muito atencioso a todos colegas deputados. Conceder aqui uma parte ao Deputado Cássio Gois.

O SR. CÁSSIO GOIS – Aproveitar a

oportunidade, nós fizemos vários discursos hoje, em relação à agricultura, em relação aos investimentos, que todos os deputados têm feito aqui no retorno às festas agropecuárias e aos eventos. E dizer que nesse próximo dia 23, 24, 25 de agosto, vai acontecer o 1º Rodeio Rural da cidade de Cacoal. Vai acontecer lá na Linha 10 na propriedade do senhor Val Fritz. O senhor Val Fritz que é tradicional no evento de cavalgadas. A melhor cavalgada acontece na Linha 10. É uma região muito populosa da cidade de Cacoal, nós temos bastante carinho com a aquela população e nós vamos fazer agora nesse final de semana pela primeira vez na cidade de Cacoal.

Cacoal esse ano não terá a exposição, a tradicional exposição. Nós estamos trabalhando para que no ano que vem a gente consiga apresentar um grande evento na cidade de Cacoal, do jeito que a cidade merece. Mas, convidar todos vocês para que estejam prestigiando o rodeio rural lá na Linha 10, nesse final de semana, rodeio em touros, apresentação de shows regionais, praça de alimentação. A entrada é franca, porque é um evento com recurso parlamentar nosso, destinação do nosso mandato para a população de Cacoal que gosta muito desses eventos culturais.

A gente tem trabalhado muito forte para que a gente movimente essa economia na região, principalmente nas localidades que gostam desse evento, que é a área rural de Cacoal. Então, meu convite. Deputado Cássio Gois convida vocês para que nesse final de semana prestigiem o 1º Rodeio Rural Municipal na cidade de Cacoal.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Cássio. Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – PROJETO DE LEI 528/2024 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 118. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 1.060.599,04, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Agricultura – Seagri.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Solicito ao Excelentíssimo Deputado Jesuino Boabaid emitir parecer em plenário pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUINO BOABAID – Senhor Presidente, trata-se do Projeto de Lei 528/2024 do Poder Executivo/Mensagem 118/2024, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 1.060.599,04, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Agricultura – Seagri.”

Senhor Presidente, a matéria se encontra com todas as documentações financeiras e orçamentárias, manifestações com pareceres também, motivo pelo qual votamos favorável pelo seguimento da matéria.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Em discussão o parecer do Excelentíssimo Deputado

Jesuino Boabaid. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão o Projeto de Lei 528/2024. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUINO BOABAID – Senhor Presidente, tem um projeto da Agero (Agência de Regulação dos Serviços Públicos de Rondônia), que hoje a gente até manifestou na Comissão de Constituição e Justiça, eu estou falando agora com o líder do governo, que foi um pedido, inclusive, de alguns servidores, de umas pessoas que estão manifestando que esse projeto é para desmembrar, salvo engano, a questão da Agero, do DER. E a gente pediu também, se tiver esse projeto à disposição, para colocar na Ordem do Dia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Esse projeto não está na pauta, Excelência. Vai ficar para a Sessão de amanhã, às 9:00 horas, para colocarmos em pauta.

O SR. JESUINO BOABAID – Pode ser.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Secretário ad hoc) – Não há mais matérias, Senhor Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Quero agradecer o Secretário, que fez um brilhante trabalho. E conceder a palavra ao Excelentíssimo Deputado Jesuino Boabaid.

O SR. JESUINO BOABAID - Senhor Presidente, em nome de Vossa Excelência cumprimento todos os deputados estaduais de forma presencial e de forma remota. Cumprimentar todos os servidores, todas as pessoas que nos acompanham no canal 7.2, na internet, no YouTube.

Eu quero começar falando sobre, vou ser bem rápido, bem sucinto, quando hoje nós recebemos a lista de promoções dos policiais militares. Isso já está causando um certo desconforto, porque anteriormente a promoção dos Praças era seguida da forma antiguidade.

Existe dentro das promoções merecimento e antiguidade. E hoje vários policiais militares entraram em contato conosco mandando essa lista e dizendo: "Deputado, olha que injustiça, a gente está trabalhando na rua e aguardávamos que nós fôssemos, nesse exato momento, ser reconhecidos".

Inclusive já tinha policiais que haviam comprado toda a túnica, informado que seriam, já tinham falado inclusive para os seus familiares que seriam promovidos

no dia 25 de agosto. todavia, caiu na lista e agora quem entrou, conforme relatos, são mais aqueles militares que se encontram no administrativo, que é por merecimento. Eu já mandei uma mensagem para o Tenente-Coronel Melo, que está lá como Subcomandante da CP — Coordenadoria de Pessoal — para a gente entender como está sendo feito esse merecimento. Medalha? Que ponto é esse? Como é feito esse requisito, esse conceito? É injusto um policial militar — que assim fui, na época de rádio patrulha — que está dando a sua cara a tapa, colocando a sua vida em risco e responde processo administrativo, penal, quando é para ser promovido à graduação de 2º Sargento, 1º Sargento toma a surpresa de não ser reconhecido em decorrência desse merecimento.

E aí eu já tive informações que alguns policiais militares, no interior, ingressaram com uma ação judicial e falaram: "A Lei de Promoção diz que tem que ser por merecimento e por antiguidade". A gente tem que analisar essa norma. Inclusive, eu quero chamar uma discussão com todos os policiais, todos os bombeiros, que também fazem parte dessa discussão, os bombeiros e a polícia, para a gente chegar a um consenso. Para mim, eu entendo que deve ser por antiguidade. Antiguidade. Medalha? Outras questões, alguns requisitos, alguns quesitos? Isso tem que ser analisado.

Um oficial que é amigo de um Praça, que está todos os dias ali ao lado pode vir assentar e colocar uma nota muito maior. Pode ser feito isso. Assim como ocorreu com os Tenentes-Coronéis. Vários Tenentes-Coronéis perderam pontos, caíram na sua pontuação, para serem outros promovidos Tenentes-Coronéis porque havia o interesse do Executivo de promovê-los Tenentes-Coronéis. Porque é competência do Governador a promoção dos Coronéis. Eu estou dando aqui um exemplo.

Agora os Praças, que já sofrem no dia a dia, passam por essa problemática agora de quando forem promovidos terem que aguardar a decisão: merecimento e antiguidade. Ora, se nós extinguimos a figura do processo seletivo interno que acabava com a dignidade dos policiais e bombeiros militares. A gente entendia sempre que um Cabo que havia ingressado recentemente na corporação, a exemplo, fazia um processo seletivo interno e passava à frente de um Cabo, de uma pessoa que já estava há mais tempo na polícia e ficava com a sua antiguidade seguida, mais antigo, com a carreira mais promissora.

Então, nós distinguimos a questão da figura do processo seletivo interno e as promoções até 3º Sargento é por antiguidade. E nada mais justo que acabar com a figura do merecimento.

Eu não estou falando em toda sorte que o merecimento, tem pessoas que merecem realmente ser reconhecidas. Mas que deixe para os Coronéis, que deixe para os Oficiais. Os Praças, não. Os Praças são peculiares. Atividade-fim do policial militar é atividade de radiopatrulha. É onde o cidadão vê na ponta o policial, na rua, nas viaturas, combatendo o crime, as facções; que

nos causa vergonha o Estado de Rondônia ter facção.

Eu estive em Minas Gerais conhecendo o sistema de proteção social, o sistema previdenciário, conhecendo assistência médica, odontológica e psicológica dos militares de Minas Gerais. E lá em Minas Gerais, que são mais de 800 e poucos municípios, não existe facção. E aqui em Rondônia, por Secretários de Segurança fracos, omissos, deixaram se instalar essas facções nesses residenciais.

O Orgulho do Madeira tem uma facção, que eu não vou dar nome para dar prestígio. Lá no Morar Melhor tem outra facção. E eles ficam lá se confrontando, matando. E a Polícia Militar dá resposta, sim, vai para o enfrentamento e prende esses vagabundos, esses marginais. Todavia, por força de normas frágeis, bons advogados que o crime contrata, eles são soltos. E também formam a cada dia, captando esses meninos jovens, para estar incluído "eu sou o tal" - eu não vou ficar falando para dar margem -, vagabundo cresceu em Rondônia.

Em 2002 não tinha, quando eu entrei na polícia até eu sair, essas pessoas perversas, eu volto a dizer um Secretário de Segurança Pública fraco, sem representatividade nenhuma, deixou acontecer essa mazela que nós temos que combater, enfrentar. Nós temos que realmente dar uma resposta. Nós vemos todo dia atentados e mais atentados, matanças e mais matanças, mas também vemos entre eles, a maioria das vezes entre eles. Mas, tem pessoas, como foi um caso do residencial que foram alvejadas de forma gratuita. Pessoas que nada tinham a ver com o crime desses pilantras, desses vagabundos.

Outra coisa, a Procuradora Maria Rejane, que eu respeito muito a Dr^a Maria Rejane emitiu um parecer alegando que o tempo de serviço dos militares que trabalharam nas Forças Armadas não serão computados para ganhar o quinquênio, daqueles que tem o direito. A exemplo, o policial militar que entrou em 1988, 1990, 1991 eles tinham o direito até 2002 a um percentual por cada ano trabalhado e tinha um percentual que é chamado a vantagem pessoal. A Dr^a Maria Rejane entendeu, manifestou no seu parecer que o tempo nos militares, nas Forças Armadas que foram incluídos e averbaram esse tempo, não deve ser computado. Isso terá um prejuízo se o entendimento for mantido pelo então Procurador do Estado, Dr. Thiago Alencar. Eu peço que analise esse contexto.

Nós, militares, não temos uma série de direitos, garantias. Nós só temos deveres. Nós somos regidos por normas próprias, inclusive o Tribunal de Justiça, seja do Estado de Rondônia ou dos demais, diz que para se ter um benefício tem que ter lei própria, não pode usar a lei do civil ou outra lei. Tem que ser lei para policial e bombeiro militar.

Então, a Procuradora entendeu, nesse sentido, que não se deve computar os anos trabalhados nas Forças Armadas e se for mantido esse entendimento, trará um prejuízo para os militares mais antigos. Como eu volto a dizer, hoje foi aprovado nesse Casa um Projeto

de Lei, de nossa autoria, que vai reconhecer esses valorosos homens e mulheres que deram o sangue pelo Estado de Rondônia. Então, nós vamos pedir, inclusive, uma reunião com o Procurador-Geral Dr. Thiago Alencar.

Eu quero também falar sobre os policiais penais. Nós tivemos reuniões com o Secretário da Sejus, tivemos reunião com o Deputado Edevaldo Neves, com o Procurador-Geral, com nosso gabinete também, com o sindicato, com o Clébes e os demais autores da Sejus para tratar sobre as horas complementares. Foi acordado que haveria uma manifestação de uma consulta ao Procurador-Geral para falar sobre a Lei Complementar inerente aos policiais penais, Lei Complementar do Estado de Rondônia. Lei estadual para que seja respeitado este dispositivo e que os policiais penais, quando fizerem a suas horas extras, não tenham prejuízo remuneratório em ter o desconto. Porque há o entendimento, da Sejus, por força de utilizar um outro parecer para a saúde, que eles devem, sim, pagar cerca de 16 horas complementares, mesmo tendo essa Lei estadual, que hora vigora, Lei Complementar, se eu não me engano é 1012.

Então, é isso, dizer para todos os policiais penais que já está tramontando essa consulta na Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia e acredito que muito em breve venha uma resposta positiva e os senhores deixarão de ter que pagar esse valor, esse aporte financeiro.

Era isso que eu queria falar também e por último espero que na próxima terça-feira na Comissão Geral que nós aprovamos o Requerimento, para estar presente, convocados os Secretário de Segurança, Secretário da Sefin, Sepog, Polícia Militar, Bombeiro Militar, e convite para, no caso, o Tribunal de Contas. Também farei convite para os sindicatos da Polícia Civil, Polícia Penal, associação de militares, para estarem presentes nessa data, em que haverá aqui um debate esclarecendo como ficará a valorização salarial das forças de segurança.

A gente só quer ter a tranquilidade de que o Secretário da Sefin venha e diga: "Olha, eu tenho o orçamento, na verdade eu tenho receita, eu tenho financeiro e não se preocupem, o Estado de Rondônia irá, sim, arcar com a segunda e terceira parcela."

Nós tivemos o aumento 14% na arrecadação. Está lá, basta ver na Transparência. A arrecadação do Estado de Rondônia você vai ver que nós tivemos um aumento de 14% de 2023 para 2024. Entretanto, fizeram uma progressão ainda maior. É onde o Tribunal de Contas está falando: "Opa! Aí não!" - que eu fiquei sabendo -, "Aí não! Vocês vão ter que cortar despesas, vocês vão ter então de me apontar uma arrecadação a maior".

E é por isso que a gente quer, na terça-feira, todos que foram convocados estarem presentes para dar a devida publicidade, a devida transparência e o sossego devido para que as forças de segurança não sejam pegadas de surpresa, lá na frente, e ter uma frustração e não poder ter a segunda e a terceira parcela, que ora todos aguardam ansiosos, também. Foi pouco para

alguns, mas também para outros, é uma melhoria muito gratificante.

Não sei se eu terei tempo de chamar uma reunião em sede, de volume maior, uma audiência de instrução para a gente debater sobre a questão da implementação do Art. 18, inciso XIII, da Lei 14.751, que é a Lei Orgânica Nacional das Polícias e Bombeiros Militares. Para que isso, Deputado Jesuíno? Para a gente discutir esse direito que assiste, de assistência médica, odontológica, psicológica para os policiais e bombeiros militares, entre seus familiares, também seus, na verdade, aqueles que têm o direito que são... agora fugiu da memória. Então, a gente fala tanto, não é? Os dependentes legais, desculpa.

Eu quero dizer para vocês que eu conheci in loco a legislação, e trouxe de Minas Gerais. Lá é centenária, a questão do instituto deles, 111 anos. Lá existem os hospitais Tiradentes. Na verdade, Hospital da Polícia Militar, que presta assistência médica, odontológica e que a gente vai tentar, a exemplo daquilo que eu conheci, desse implemento que foi dado, inclusive pelo Executivo, que o instituto é deles. São mais de 262 mil pessoas que fazem parte desse instituto, que atende diversas questões, inclusive, previdenciária.

Mas, eles conseguem trazer saúde para todos, policiais, bombeiros e seus familiares. E nada mais justo a gente discutir também, seja com Astir (Associação Tiradentes da Polícia Militar), seja com a PM (Polícia Militar), com Bombeiros, seja com a própria Sesdec, esse debate para a gente chegar e implementar também, implantar no Estado de Rondônia.

Era isso que eu queria falar. No mais eu desejo a todos boa noite e terça-feira que vem estaremos aqui novamente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuíno Boabaid pelas palavras, sempre ponderando sobre as demandas recebidas aqui desta Casa. Nós temos vários desafios aqui no Estado de Rondônia a serem vencidos. E aqui o Parlamento que faz nesse papel de articulação junto ao governo, levando essa demanda, discutindo junto com os demais pares para que busquem soluções.

Mas, eu quero antes de encerrar esta Sessão Ordinária desta terça-feira, quero reconhecer e parabenizar o Governador do Estado, Coronel Marcos Rocha, por ter organizado aqui um evento com os governadores da região Norte do nosso país. São sete Estados aqui da região Norte, mais o Mato Grosso e o Maranhão que fazem parte bioma Amazônico. Tiveram a oportunidade de vir discutir as demandas desta região - que são demandas comuns a todos os Estados -, e os governadores foram recebidos pelo Governador, Coronel Marcos Rocha, que prontamente ofereceu toda

a estrutura para que acontecesse esse evento, esse fórum dos governadores do bioma Amazônico (Fórum de Governadores da Amazônia Legal), aqui na cidade de Porto Velho, aqui no Estado de Rondônia.

Então, quero parabenizar o Governador do Estado, a Primeira-Dama e todos os Secretários. Além do debate com os governadores, vieram os Secretários de várias pastas, que trouxeram as problemáticas de cada Estado, e juntos, buscando soluções para serem apresentadas ao governo federal, à bancada federal, juntamente com os Senadores, para que tragam soluções para essa região tão próspera, mas que tem aqui quase 30 milhões de pessoas que também necessitam viver de forma democrática, de forma sustentável, acima de tudo, com qualidade de vida.

Então, nós temos esse desafio aqui na nossa região. Esses desafios são comuns a todos os Estados. Como a BR-319 que é importante para o Estado de Rondônia, para o Estado do Amazonas, para o Estado de Roraima. Nós temos os voos aqui para a nossa região, que são muito precários, tanto para Rondônia quanto para o Acre, quanto para Roraima, quanto para o Amazonas. Nós temos a questão da fronteira de Roraima com a Venezuela. Nós temos a questão da energia elétrica que ainda não tem, não está na linha de transmissão nacional que é do Estado de Roraima e várias dificuldades aqui dessa região.

Então, esse encontro foi importante para o debate entre os governadores. Os governadores fizeram algumas parcerias, alguns convênios entre a segurança pública, por exemplo, em Rondônia com o Estado do Mato Grosso isso fortalece a ação em conjunto criando assim, uma unidade desses nove Estados.

Quero também dizer que Cacoal está recebendo, através da nossa Emenda Parlamentar, mais de R\$ 1 milhão para a construção de um centro esportivo de judô, ali na cidade de Cacoal, através da Associação NAEC (Nunes Associação Esportiva de Cacoal), comandada pelo esportista Nunes.

Essa associação já teve reconhecimento no Estado de Rondônia, nacional, internacional de vários atletas na modalidade de judô que participaram de competições nesses níveis e foram campeões.

Então, é um formador de esportistas, de cidadão rondoniense, que tem a oportunidade desde criança estar praticando o esporte. E nós colocamos, através de emenda parlamentar, mais de R\$ 1 milhão que está sendo construído ali aquele centro esportivo, em parceria com o Vereador Zivan Almeida.

Então, Cacoal está recebendo esse centro esportivo, que vai ter a prática além do judô, vai ser utilizado pela sociedade e comunidade dos bairros Teixeira, Vilaje do Sol, Cidade Verde e zona rural na

saída para a Rodovia do Café.

Fica aqui o nosso reconhecimento ao esportista Nunes. Agradecer a parceria do Vereador Zivan. E nos, através do Governo do Estado colocando esse recurso para construção desse centro esportivo.

No mais, agradecer e parabenizar também o nosso Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na pessoa do nosso Desembargador, Presidente Raduan Miguel, juntamente com toda a equipe. O Desembargador Alexandre Miguel, o Presidente da Escola de Magistratura do Estado de Rondônia, ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Glodner Luiz, e toda estrutura, todos os servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia que faz um magnífico trabalho.

Nós fomos premiados por cinco vezes como Prêmio Diamante. E temos recebido autoridades do nosso país, como o Ministro do Supremo Tribunal Federal e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), sempre tem frequentado o Estado De Rondônia, pelo exemplo que o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia tem dado a todos os Tribunais do nosso país.

Então, fica aqui o nosso reconhecimento a todos os servidores e à nossa diretoria dos Desembargadores do TJ do Estado de Rondônia.

Agradecer aqui também os nossos servidores, que estão aqui dando total apoio a nós, à imprensa e aos deputados, colegas deputados aqui presentes.

Quero franquear a palavra também ao Excelentíssimo Deputado Alex Redano, da cidade de Ariquemes, do Vale do Jamari, que é o nosso próximo Presidente do segundo biênio dessa legislatura. Está com o senhor a palavra por quanto tempo necessário for.

O SR. ALEX REDANO - Muito obrigado, nosso querido Presidente Deputado Cirone Deiró. Quero cumprimentar a todos os demais parlamentares. E a minha vinda hoje na tribuna é para fazer um agradecimento especial aos parlamentares estaduais, nossos companheiros aqui da Casa, aos nossos deputados federais, aos nossos Senadores, e ao nosso Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos Rocha.

Hoje Ariquemes está em obras. Município de Ariquemes, Deputado Cirone, está com mais de R\$ 90 milhões em recursos sendo aplicados nesse momento. Então, é algo inédito, é algo histórico. Isso só foi possível pelo alinhamento de pessoas que querem o bem do nosso Estado, que querem o bem dos nossos municípios.

Então, os nossos deputados estaduais têm uma contribuição muito forte através dos convênios, das emendas. Quero deixar um agradecimento aos nossos deputados federais também, que aplicaram muitos recursos. Aos nossos Senadores e, principalmente

ao nosso Governador, Coronel Marcos Rocha, a nossa gratidão pelos inúmeros recursos, inúmeros convênios colocados no Município de Ariquemes.

Temos também vários outros municípios onde foram atendidas as nossas indicações. Então, temos recursos para área da saúde, para educação, para melhoria das estradas rurais, para a agricultura familiar. Então, venho aqui deixar esse agradecimento. Hoje, se nós temos conseguido fazer um mandato positivo, nós devemos muito isso às parcerias.

Você não consegue fazer nada sozinho. Então, esse alinhamento é muito importante. E meus amigos, obrigado. Gratidão a todos vocês.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Obrigado, Presidente Deputado Alex Redano. Quero aqui também dizer da nossa felicidade de ter visto esses importantes investimentos ali na cidade de Ariquemes. A cidade de Ariquemes que está tendo um crescimento fantástico aqui dentro de Rondônia.

Ariquemes que tem sido uma cidade com expoente muito grande, principalmente nessa fronteira agrícola, aqui com a expansão da fronteira agrícola do nosso Estado. Ariquemes tem se destacado e nós temos ali a gestão da Prefeita Carla Redado, que faz um excelente trabalho com muito compromisso, muito comprometida nas ações na cidade de Ariquemes, fazendo com que Ariquemes continue crescendo e acima de tudo, sendo uma bela cidade.

E se preocupando com as pessoas, dando qualidade de vida às pessoas que moram na zona urbana. E tive a oportunidade de andar na zona rural, ela tem feito grandes investimentos, principalmente nas estradas rurais, atendendo o produtor, aquela pessoa que realmente faz o Estado de Rondônia crescer. Homens e mulheres de mão calejadas que levantam de madrugada e fazem a diferença neste Estado. Então, parabéns à Prefeita Carla Redano pela sua gestão, toda sua equipe que tem feito a diferença desse importante município aqui do Estado de Rondônia.

No mais, agradecer ao Deputado Alex Redano, os demais deputados aqui presentes, todo o corpo técnico aqui da Assembleia Legislativa, gratidão a cada um de vocês. Que Deus continue nos abençoando e possamos estar sempre aqui tomando as melhores decisões em favor do nosso povo rondoniense. Muito obrigado, que Deus abençoe sempre.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 21 de agosto no horário regimental, às 09 horas da manhã.

Está encerrada a presente Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 24 minutos)

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 21.08.2024

INÍCIO: 10h25min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO
RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES
MEMBROS: SR. DELEGADO LUCAS

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A., para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, aos 21 de agosto 2024, no Plenarinho 02 da Assembleia Legislativa.

Quero imensamente agradecer a presença do nosso Deputado Pedro Fernandes, que está de maneira virtual aqui na reunião. Quero parabenizar também o Deputado Pedro Fernandes pela sua dedicação, a condução da Comissão do Meio Ambiente, que é uma das Comissões mais importantes desta Casa Legislativa e Deputado Pedro Fernandes vem trabalhando com maestria.

Quero também agradecer ao Deputado Delegado Lucas, deputado dedicado, está muito presente nessas questões ambientais, principalmente in loco, visitando esses locais. Então, parabéns pela sua dedicação. Convido agora o nobre Deputado Delegado Lucas para secretariar os trabalhos, e faça a leitura da Ata.

O SR. DELEGADO LUCAS - Procede à leitura da Ata da reunião anterior.
Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Neste momento, franqueio a palavra aos nobres deputados. Algum deputado gostaria de fazer uso da palavra? Deputado Pedro Fernandes? Deputado Delegado Lucas? Não?
Coloco neste momento em votação a Ata que foi lida.
Como vota, Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por videoconferência) – Voto “sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vota “sim”.
Como vota, Deputado Delegado Lucas Torres?

O SR. DELEGADO LUCAS - Nada a opor. Pela aprovação da Ata.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Fica aprovada a Ata.
Peço agora ao nobre deputado que secretaria os trabalhos que faça a leitura do recebimento do material de Expediente.

O SR. DELEGADO LUCAS - Senhor Presidente, nós estamos recebendo nesta reunião da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) DESPACHO Nº 0269168/2024-ALE/ADV-GERAL/ADV-ADJUNTA. Também será procedida à leitura do Despacho e apresentação do conteúdo deste referido Despacho e discussão sobre a sugestão de oficiar ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), o CRBio (Conselho Regional de Biologia) e demais Conselhos de Classe para indicação de profissionais com expertise em projetos de extração e crédito de carbono — objeto de contratos realizados entre o Governo do Estado de Rondônia e as empresas Permiam e Biofílica.

Eu queria só registrar aqui, Senhor Presidente, que o próximo item seria a oitiva dos convocados, conforme o edital publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Foi mencionado aqui na leitura da Ata, todos puderam presenciar, que foram convocados os representantes da Reserva Fauna Pau D’Óleo, de São Francisco do Guaporé; do Parque Estadual Abaitará, de Pimenta Bueno; da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Limoeiro, de São Francisco do Guaporé; da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Serra Grande, de São Francisco do Guaporé; da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bom Jardim e Rio Machado, ambas de Porto Velho.

E ainda reforçando ali três testemunhas específicas que foi o Simeão, a Denise Borges Viana e o Amarildo Vieira Mota. Contudo, embora devidamente publicado nos meios oficiais de comunicação, no Diário Oficial da Assembleia, nenhum dos interessados aqui destas áreas compareceu hoje na presente Comissão, de modo que resta prejudicada a colheita aqui do Termo de Declaração dos convocados.

E continuando então os materiais de Expediente recebidos, vou proceder à leitura aqui, Senhor Presidente, do despacho que eu mencionei, de origem aqui da Advocacia-Geral Adjunta da Assembleia.

“DESPACHO Nº 0269168/2024-ALE/ADV-GERAL/ADV-ADJUNTA

Da: ADV-GERAL/ADV-ADJUNTA

Para: Secretaria-Geral

Processo nº: 100.421.000033/2024-29

Cuida-se de memorando expedido pelo

Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano, d. Presidente da CPI proveniente do Ato P n. 008/2023, no escopo de viabilizar a contratação de profissional especializado para análise da documentação técnica produzida pela referida Comissão Parlamentar. Pois bem.

Inicialmente, cabível registrar que essa manifestação tomará por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, visto que, incube a este órgão prestar sua lida sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise de conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração.

Importa frisar, pois, que não compete a esta Advocacia-Geral apreciar as questões de interesse e oportunidade do ato que se pretende praticar, visto que são de esfera discricionária do Administrador, tampouco dos atos, especificações e fundamentações de ordem técnica. Além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do Gestor Público."

Nota de rodapé menciona um julgado. "Feita a ressalva retro, oportuno ater-se à questão de fundo.

Nessa quadra, é de sabença que a Administração Pública está adstrita aos princípios elencados no caput do artigo 37, da Carta da República, dentre os quais, o da legalidade administrativa, verdadeira pedra angular, que baliza os demais postulados do direito administrativo, pelo qual somente é lícito, na gestão da coisa pública, atuar nos exatos limites conferidos pelo legislador. A propósito, esclarecedor é o escólio de DIÓGENES GASPARINI:

"O princípio da legalidade significa estar a Administração Pública, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não se podendo afastar, sob pena de invalidade do ato e responsabilidade de seu autor. Qualquer ação estatal sem o correspondente calço legal, ou que exceda ao âmbito demarcado pela lei, é injurídica e expõe-se a anulação. Seu campo de ação, como se vê, é bem menor que o do particular.

Na Administração Pública, não há espaço para liberdades e vontades particulares. Deve o agente público sempre agir com a finalidade de atingir o bem comum, os interesses públicos, e sempre segundo àquilo que a lei lhe impõe, só podendo agir secundum legem. Enquanto no campo das relações entre particulares é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe (princípio da autonomia da vontade), na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza" (GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2001).

Na mesma linha, JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO professa:

"O princípio da legalidade é certamente a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração. Significa que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é ilícita. Tal postulado, consagrado após séculos de evolução política, tem por origem mais próxima a

criação do Estado de Direito, ou seja, do Estado que deve respeitar as próprias leis que edita" (CARVALHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 22ª Ed. Rio de Janeiro: 2011)

Na jurisprudência, outro não é o entendimento: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - No âmbito da administração pública o que não está permitido está proibido. (TRT-3-RO:00109033820145030053 0010903-38.2014.5.03.0053, Relator: Luis Felipe Lopes Boson, Terceira Turma)

In casu, como dito, almeja-se para a consecução dos trabalhos da CPI a contratação de profissional especializado para análise dos documentos produzidos durante a instrução do procedimento.

Ocorre que como é de sabença, as contratações públicas se sujeitam a observância estrita dos procedimentos legais aplicáveis.

Nesta quadra, em regra, para contratação de profissional de área específica do conhecimento, para trabalho eventual, ou seja, não perene, onde a regra do concurso público não se aplica, pode a administração pública lançar mão de contratação temporária (artigo 37, IX, da CF) ou de procedimento licitatório (lei n. 14.133/2021).

Ocorre que, na espécie, ao nosso sentir, a contratação temporária por excepcional interesse público (artigo 37, IX, da CF) não se mostra adequada. Isto porque não há no organograma do Poder Legislativo, cargo/vaga com a especificação técnica respectiva, razão pela qual impossível deflagrar procedimentos seletivo para tanto.

Sendo assim, em verdade a demanda em debate deve ser atendida mediante contratação via regular procedimento licitatório (lei n. 14.133/2021), cujo carece da adoção de procedimentos e formalidades específicos, inclusive no tocante à opção da modalidade da contratação.

Informações que, até este momento, não se vislumbra nos autos.

Dito isto, essa advocacia opina no sentido de que a contratação em questão deve ser feita nos moldes da lei n. 14.133/2021.

Por oportuno a título de sugestão mormente o que concerne à elaboração de estudo técnico preliminar e termo de referência, bem como da opção pela modalidade de licitação a ser adotada, sugere-se que se busque, previamente, informações junto ao Conselho Profissional respectivo, ou seja, da área de conhecimento onde o profissional irá atuar.

Porto Velho, 19 de agosto de 2024.

Walter Matheus Bernardino Silva - Advogado-Geral Adjunto ALE/RO."

Lido o Memorando, Senhor Presidente.

E aqui de forma, em apertada a síntese, a resumir, essa CPI visa desde a sua concepção, a contratação de uma banca profissional de advogados especialistas ou profissionais engenheiros, enfim, geólogos ou engenheiros agrônomos e florestais, não

sei, a contratação de profissionais qualificados, da forma mais específica possível, para que haja uma análise técnica profissional apropriada, e muito competente, de todo o ameadado de elementos probatórios que se acumulam no decorrer dessas reuniões.

Então, sabemos que a contratação desses profissionais exige um gasto público, onera os cofres da Assembleia, portanto, houve essa consulta à Advocacia-geral para verificar quanto à legalidade dessa concentração, porque o objetivo desta Comissão é atender sempre todos os requisitos legais - que é um compromisso que esta Casa também possui com o cidadão contribuinte, de saber que todos os requisitos devem ser atendidos e observados pela lei, porque se essa Casa formula leis, nada mais digno e justo, do que ela cumprir as próprias leis.

Então, o relatório aqui em síntese apresentado pela Advocacia-geral indica que há possibilidade, é legal, é lícito e que o procedimento mais correto a ser adotado seja o licitatório, não contratação seletiva ou temporária, e seguindo os requisitos da Lei 14.133/2021. Portanto, é possível, sim, a contratação.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. É importante. Creio que não será um valor alto. Nós temos várias entidades que podem colaborar conosco, nós vamos convidar para estar junto conosco nessa CPI. Eu quero aqui fazer apenas dois comentários. O primeiro que tem muitos problemas, são 11 reservas, mas têm algumas que é mais tranquilo, que realmente são pouquíssimas pessoas que estão dentro e não estão antropizadas. Então, esses locais, nós temos que ter uma visão diferente mesmo porque são locais que não estão antropizados.

Diferente, por exemplo, de outros locais: Rio Pardo, Soldado da Borracha. Essa semana mesmo, fui procurado, tive uma reunião. As pessoas estão muito preocupadas nessa questão do Soldado da Borracha, inclusive, estavam preocupados que estava passando energia, redes de energia, e parece que tem algum impedimento por parte da Sedam (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental). Então falei que iria verificar essa situação.

Outro assunto é a importância do crédito de carbono. É o "ouro verde". Rondônia tem um potencial muito grande. A CPI vai levantar através desses estudos e podem ser utilizados em Projetos de Lei, em convênios para que esses recursos fiquem em Rondônia, principalmente para o pequeno agricultor.

Hoje, nós temos áreas e são obrigadas a não serem desmatadas, a serem cuidadas, que é reserva legal. E é possível que essa área dê um bom lucro. Eu assisti rapidamente uma matéria que passou domingo, se não me engano, no Fantástico.

Um médico de São Paulo fraudou as áreas públicas, mas conseguiu um montante muito grande, muitos milhões de Reais de lucro de crédito de carbono. De forma fraudulenta, errada. Foi condenado, está preso e mais do que justo impedir esses crimes.

Mas, o que eu quero dizer? Que é possível sim, a nossa população do Estado de Rondônia ter lucros para manter floresta em pé. Então, nós precisamos avançar nesse sentido. Então, a CPI principalmente com a contratação desses profissionais, vai servir de base para avançarmos mais.

A questão da ausência dessas reservas nós já previmos, porque são reservas que estão mais tranquilas, assim por se dizer. Mas olha, muitas pessoas estão noites e noites sem dormir, preocupadas principalmente dessas reservas que já estão antropizadas, reservas que as pessoas tem Título definitivo, tem Escritura Pública. Realmente é impensável você ter uma Escritura Pública e de repente da noite para o dia, a sua área ser considerada reserva. Então, nós precisamos lutar para dar tranquilidade para essas pessoas.

Quero aqui de forma especial, ela já virou aqui a nossa espectadora pelas redes sociais e está sempre de forma presencial. Anda muitos quilômetros para estar aqui, que é a nossa querida amiga Eni, da Ilha das Flores. Muito bem-vinda. Ficamos muito felizes. E a Dona Eni, foi uma das primeiras que começou a cobrar para que fosse feita essa CPI.

Então, nós estamos avançando através de pessoas como a senhora que se preocupa com a coletividade. E a CPI tem todo um rito que nós não podemos ter nenhum erro. Não é mesmo, Doutor Welys? Qualquer erro aqui na CPI pode ser passível de uma anulação de todo o trabalho.

Então, nós temos que ter paciência e seguindo os ritos necessários e todo o devido processo legal. Mas, nós avançando e creio que terá uma boa definição, principalmente conseguindo fazer os ajuizamentos necessários para lutarmos por essas áreas que estão totalmente antropizadas. Estão com milhares de famílias dentro e, essas famílias têm o seu sonho de ter a sua segurança jurídica, sua tranquilidade para poder trabalhar em paz.

Obrigado a todos que estão presentes. E gratidão a cada servidor, aos Deputados Pedro Fernandes, Lucas Torres, aos demais deputados que fazem parte da CPI que não estão presente hoje, mas deixo aqui o nosso agradecimento, muito obrigado.

E vamos liberar, a discussão sobre a sugestão de oficializar o CREA, CRBio e demais Conselhos de Classe. Vamos para cima que tem uma deliberação. Neste momento vamos deliberar sobre a convocação do Presidente do CREA, CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) e CRBio, Conselho dos Biólogos.

O SR. DELEGADO LUCAS – Presidente, pela ordem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Com a palavra, Deputado Lucas.

O SR. DELEGADO LUCAS – Eu acredito que antes de a gente entrar na questão da convocação, participar o

Deputado Pedro que está acompanhando remotamente e discutir aqui de forma transparente e pública com a população que acompanha, que a intenção é oficializar o CREA, o CRBio e demais Conselhos de Classe para que esses órgãos - que são os conselhos que têm aptidão para as áreas que nós precisamos dos especialistas, dos experts -, para que eles possam indicar profissionais que tenham aí o know-how necessário, no nível técnico que se almeja, que se pretende trazer para CPI.

Especialmente no que diz respeito, no tange aos projetos de extração de crédito de carbono, que é uma área também muito específica, que o senhor mencionou agora muito bem do valor econômico que isso pode trazer para o nosso produtor rural rondoniense, para o Estado em si.

Mas, nós precisamos de profissionais dessa área que esse é o objeto do contrato realizado entre o Governo do Estado e as empresas que são mencionadas aqui na CPI. E a intenção então de convocar para participar da CPI é que essas entidades de controle de classe, esses órgãos de classe possam sugerir formas de colaboração com a CPI e também de indicação das áreas dos profissionais, dos ramos e até indicação, eventualmente, dos profissionais que vão poder vir a colaborar com os trabalhos. Essa é a discussão que se quer trazer.

Eu acredito que já é pacífico, nós já discutimos. O Deputado Pedro está nos acompanhando. Se quiser fazer algum comentário acerca, Deputado Pedro, que em seguida nós já vamos discutir a respeito da convocação dessas entidades de classes para as próximas reuniões.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deputado Pedro?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por videoconferência) – Deputado Delegado Lucas, esse é o caminho. Vamos trabalhar nisso e dar encaminhamento, Deputado Alex. Esse é o meu posicionamento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. Mais que justo, essas entidades, realmente, sabem os profissionais gabaritados e é muito interessante e fica uma maneira mais transparente. Quero parabenizar a sugestão.

Discussão, nesse momento, sobre a convocação do Presidente e corpo técnico do CREA/CONFEA Rondônia, CRBio para colaborar na investigação.

Eu vou fazer toda a leitura e a gente vota de uma só vez.

Outro Requerimento: solicitação de informações se houve registro de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e ART de cargo e função dos estudos técnicos preliminares relacionados à criação das 11 Unidades de Conservação.

E, caso não tenha o ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) a documentação apresentada como estudo tem validade? É uma pergunta. Tendo em

vista que os conselhos têm a prerrogativa de fiscalizar e regulamentar o exercício das atividades profissionais dos engenheiros e biólogos.

Outra pergunta, outro questionamento, requerimento: os estudos técnicos realizados atendem às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e regulamentos?

Então, eu vou colocar em votação todos esses itens, ao invés de fazer de maneira individual. Todos esses itens lidos, como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por videoconferência) – Voto “sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vota “sim”. Como vota o Deputado Delegado Lucas?

O SR. DELEGADO LUCAS – “Sim”.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vota “sim”. Então, **ficam aprovados todos esses itens**.

Próximo item: definição da reunião para oitiva dos técnicos e servidores que atuam nos processos administrativos de criação das Unidades de Conservação objeto dessa investigação.

O SR. DELEGADO LUCAS – Essa etapa agora dá continuidade às oitivas que têm sido realizadas e com o não comparecimento, hoje, dos representantes das reservas mencionadas, a gente vira essa chave dos moradores e passa agora a direcionar os questionamentos aos servidores a época da criação, da elaboração dos Decretos da criação das reservas, que participaram assinando documentos e apresentando estudos, eventualmente, que constam nos processos. Se é que em alguns casos havia um processo. Mas a gente passa para uma etapa muito importante agora da CPI, que é a oitiva desses técnicos e servidores que colaboraram com a administração pública à época. Vamos definir uma data e a metodologia que nós vamos adotar.

Eu acredito que se nós vamos convocar a equipe do CREA/CONFEA, CRBio para indicar para eles esses Requerimentos que foram aprovados aqui, já é assunto suficiente para uma reunião apenas.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Senão fica muitas, muitas horas.

O SR. DELEGADO LUCAS – Sim. E é importante essa convocação anteriormente aos técnicos e servidores para que nós possamos eventualmente, até confrontá-los e dizer “olha, o próprio CREA esteve aqui e disse que faltou isso, faltou aquilo, não seguiu...” A gente vai ter mais elementos. Eu acredito que para continuar de forma organizada, como nós temos o compromisso aqui

na CPI de fazer os ritos todos bem organizados, acredito que a primeira etapa é o Presidente do CREA e os demais mencionados.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Vamos definir do CREA. Oficiar o CREA e a gente define a data depois. Vamos ouvir o CREA/CONFEA e CRBio na mesma reunião. Eu acho que os três é tranquilo.

O SR. DELEGADO LUCAS (Secretário) – Eles precisam ter um prazo, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – O prazo final da final da CPI é janeiro. Então, a gente vai ter que dar uma acelerada. Esse momento agora é mais complexo.

O SR. DELEGADO LUCAS – Mas, Presidente, esse período eleitoral, os presidentes do CREA, CONFEA e CRBio precisam de um prazo, porque eles serão convocados para vir e já vão receber essas indagações.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – Então, é necessário que eles tenham um tempo para analisar documentos que serão encaminhados.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sim.

O SR. DELEGADO LUCAS – Porque, se nós solicitarmos que eles compareçam a curto prazo, eles vão chegar sem ter analisado essa documentação.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Não dá. A gente define a data posteriormente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por videoconferência) – Uma sugestão, Deputado Alex Redano. A gente marca depois do dia seis de outubro. Pode marcar qualquer data. Eu acho que a gente acelera em outubro, novembro e dezembro, que é o período que nós teremos para trabalhar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – É, eu estava pensando a mesma coisa. Você acha que é possível ou fica muito distante?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por videoconferência) – Eu acho que é possível, porque não tem como agora. Aí vai ter que ter um prazo para que esses técnicos olhem a documentação e poder analisar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Depois, a data nós definimos posteriormente.

O SR. DELEGADO LUCAS - Em outubro...

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Deixa a data em aberto. A gente precisa conversar com eles também, porque precisa da resposta deles também. Documentação.

O SR. DELEGADO LUCAS - Mas em outubro, tem que ser, provavelmente, se ficar definido em outubro, que na primeira reunião de outubro já, na primeira semana já seja essa reunião com eles e dali já marque a próxima reunião em seguida logo ou na semana seguinte para já ouvir os técnicos e servidores.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Gostaria de passar a palavra aqui para o nosso jurídico, Doutor Welys. E falar, gente, que nosso Doutor Doca, querido Doutor Doca, que está aqui desde o início, uma das pessoas que fez sugestão, ele está de licença médica, mas graças a Deus está dando tudo certo. Alguns procedimentos no coração, mas vai dar tudo certo e em breve Doca já vai estar aqui com a gente. Grande profissional. E está aqui também nosso jurídico, grande profissional também, estudioso, dedicado, Doutor Welys. Com a palavra.

O SR. WELYS ARAUJO DE ASSIS - Bom dia, Senhor Presidente. Bom dia, Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes, que está remotamente presente aqui nessa reunião. Nobre Secretário Deputado Delegado Lucas; e todos os demais aqui presentes.

Queria aproveitar da palavra, da oportunidade e parabenizar a equipe técnica que dá suporte a essa CPI, essa Comissão Parlamentar de Inquérito; Doutor Doca, como bem frisado aqui pelo Deputado Alex Redano; Doutora Tainá; Doutor Felipe Gaspar; Doutor Antônio; Werley; o secretário aqui que assessora essa importante reunião, Rafael; toda equipe da Taquigrafia; e todo o público aqui presente. Fazer menção à presença da Dona Eni. Importante a participação da sociedade civil, principalmente das pessoas impactadas.

Senhor Presidente, Deputado Estadual Alex Redano, só queria fazer uma menção para justificar o prazo dessa data para outubro posterior a essa data, por conta de que esse profissional que essa Casa Legislativa procura com essa expertise é para estudar 11 processos administrativos. São 11 processos administrativos, de criação dessas unidades de conservação a toque de caixa.

Então, existem 11 processos administrativos. Existe o próprio processo administrativo aqui dessa CPI. Então, é um volume muito grande. Nós precisamos primeiro localizar em Porto Velho, ou no Estado, ou regionalmente, ou no Brasil mesmo um profissional que detém a expertise nesse objeto da CPI, que é fiscalizar esses contratos para que elabore um parecer e subsidie o trabalho da CPI.

Então, Doutora Tainá, deve ter aí o que cada processo, cada volume pelo menos aqui da CPI são 200 páginas, não é? Sem contar os 11 processos administrativos. Então, primeiro nós gostaríamos de frisar isso, que é um volume imenso. Então eu acho que justifica, Senhor Presidente, esse prazo para outubro. E após ter esse trabalho, esse parecer, aí, sim, marcar a reunião para que eles sejam ouvidos. E enfim. Era essa a minha participação. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, doutor. As considerações finais. Gostariam de usar a palavra — Deputado Lucas, Deputado Pedro — antes do encerramento?

O SR. DELEGADO LUCAS - Quero apenas, Presidente, parabenizar o senhor pela condução da CPI. Ainda tenho uma caminhada longa pela frente, embora o curto período de tempo. Então, vamos acelerar. Muito trabalho prestado já ao longo desse período em que foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito. E dizer que seguimos animados, ansiosos aqui pelo deslinde e torcendo para que a verdade absoluta dos fatos prevaleça ao final, com a elaboração do relatório pelo Deputado Pedro Fernandes. Eu tenho certeza que será muito bem elaborado por toda a sua equipe técnica. E estamos à disposição também, para colaborar como pudermos.

Então, sigo à disposição de Vossa Excelência para auxiliar nos processos aqui, no procedimento da Comissão, como for do vosso entendimento.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado, Deputado Lucas. Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por videoconferência) – Obrigado, Deputado Alex. Quero aqui parabenizar o senhor por presidir uma Comissão tão importante.

Temos muitas pessoas esperançosas, com grandes expectativas sobre esse nosso trabalho e nós vamos conduzir sempre como a gente tem feito, com muita seriedade, muita responsabilidade.

Agradecer ao Deputado Lucas e outros membros dessa Comissão; a equipe técnica que está nos assessorando, e vamos fazer os encaminhamentos corretos. E após esse período, que a gente sabe que nesse período eleitoral as coisas também ficam muito difíceis para todos. Todos os trabalhos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sim, sim.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator - por

videoconferência) - Acaba interferindo um pouco, mas a gente faz um compromisso aqui, que a partir do mês de outubro vamos focar todos os nossos esforços, dessa Comissão, para darmos um resultado positivo para nossa população, que anseia, trazer à tona a verdade dos fatos, como Deputado Lucas falou, para a gente buscar. E realmente, as pessoas ficam com essas dúvidas se houve ou não houve um atropelo nesse processo de criação dessas reservas, que tem prejudicado muita gente e trouxe uma insegurança jurídica muito grande. Então, eu estou aqui junto com os nossos pares, fazendo esse compromisso com a nossa população do Estado de Rondônia. Obrigado, Deputado Alex.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, Deputado Pedro Fernandes. Parabéns, Deputado Lucas Torres.

Quero também agradecer à nossa assessoria técnica. Doutor Franber, vem fazendo um trabalho incrível, tem ajudado muito essa CPI e várias questões ambientais, questão de regularizações. Então, parabéns Franber pelo seu trabalho.

Quero de maneira especial também, está aqui presente a Dona Eloisa, que faz um trabalho fantástico, um trabalho social à frente da São Tiago Maior. Semana passada tivemos a honra, o privilégio de entregar uma Emenda nossa na São Tiago Maior, 6.450 cestas básicas para as famílias que necessitam.

Então, a São Tiago Maior é uma entidade séria, deixo aqui um abraço ao Padre Enzo. E a Dona Eloisa é uma grande articuladora, nós estamos muito honrados de ter a senhora no grupo. Só abrimos mão devido à questão eleitoral, apesar que não há nenhuma vedação, mais por prudência, o Município de Ariquemes não será contemplado com essas cestas básicas, mas no mais, serão mais de 30 municípios; Hospital do Amor, Santa Marcelina e várias outras entidades que vão receber esse aporte.

Então, a São Tiago Maior também tem cursos, panificadora solidária, são muitos recursos e um trabalho sério desenvolvido com maestria. Então, parabéns, Dona Eloisa. E um abraço a todos os nossos assessores presentes, também.

Agradecer também a equipe técnica aqui, maravilhosa, obrigado pelo apoio. A Tainá também, que muito nos ajuda, funcionária muito competente, dedicada. Só agradecer a todos, estou muito feliz com o andamento de tudo.

Sob a proteção de Deus declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se esta Reunião às 11 horas e 04 minutos)

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO DE DIÁRIA Nº 0274619/2024-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ji-Paraná/RO a Porto Velho/RO, no período de 27/08/2024 a 28/08/2024, para acompanhar o andamento das emendas parlamentares do deputado estadual Affonso Cândido, conforme processo nº 100.040.000163/2024-46.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200172314	José Renato Alves de Souza Silva	Assessor Parlamentar	Gab. Dep. Affonso Cândido

Porto Velho, 28 de agosto de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0274619

ATO DE DIÁRIA Nº 0274611/2024-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias à servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Ji-Paraná/RO, no período de 29/08/2024 a 31/08/2024, para realizar reunião com os assessores, com o objetivo de abordar e analisar as demandas apresentadas no Escritório Parlamentar durante o mês de agosto, conforme processo nº 100.064.000049/2024-48.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174690	Sheila Jamaithe Potenza Gomes	Assessor Técnico	Gabinete da Presidência

Porto Velho, 28 de agosto de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0274611

ATO DE DIÁRIA Nº 0274604/2024-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder a complementação de 01 (uma) diária ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Jaru/RO, no período de 29/08/2024 a 29/08/2024, para conduzir veículo, acompanhar e fazer a segurança do deputado estadual Luís do Hospital em agendas oficiais, conforme processo nº 100.561.000065/2024-20.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174320	Marco Aurelio Ribeiro de Moraes	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 28 de agosto de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0274604

ATO DE DIÁRIA Nº 0274587/2024-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Vale do Paraíso/RO a Urupá e Alvorada do Oeste/RO, no período de 29/08/2024 a 31/08/2024, para fazer o acompanhamento dos processos de execução das emendas parlamentares indicadas pelo deputado estadual Jesuíno Boabad, visando atender necessidades da comunidade e reunião no escritório parlamentar em Alvorada do Oeste, com o objetivo de verificar in loco as demandas e projetos dos recursos que serão destinado pelo parlamentar, conforme processo nº 100.064.000050/2024-72.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200175654	Luiz Otavio Loredó Gomes	Subchefe Parlamentar	Gab. Dep. Jesuíno Boabaid

Porto Velho, 28 de agosto de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0274587

ATO DE DIÁRIA Nº 0274677/2024-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Colorado do Oeste/RO, no período de 28/08/2024 a 29/08/2024, para realizar assessoria de comunicação ao deputado estadual Ezequiel Neiva, com registro de fotos, vídeos e filmagens durante uma vistoria dos trabalhos de melhorias na região, conforme processo nº 100.048.000121/2024-35.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200172264	Nilson Nascimento da Silva	Assessor Técnico	Gab. Dep. Ezequiel Neiva

Porto Velho, 28 de agosto de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0274677

ATO DE DIÁRIA Nº 0274764/2024-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de

18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Buritituba/RO, no período de 03/09/2024 a 04/09/2024, para realizar assessoramento aos colaboradores do escritório parlamentar do deputado estadual Delegado Lucas, com alinhamento das programações e planejamento de atividades parlamentares, conforme processo nº 100.055.000314/2024-05.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200172250	Ricardo Araújo Vargas	Assessor Técnico	Gabinete da Presidência

Porto Velho, 28 de agosto de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0274764

ATO DE DIÁRIA Nº 0274771/2024-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias à servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO a Buritituba/RO, no período de 03/09/2024 a 04/09/2024, para realizar assessoria de mídias sociais, com registro de fotos e vídeos, durante reunião de alinhamento com os colaboradores do escritório parlamentar do deputado estadual Delegado Lucas, conforme processo nº 100.055.000314/2024-05.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200175420	Thaís Maiara de Freitas Teles	Assessor de Gabinete III	Gab. Dep. Delegado Lucas

Porto Velho, 28 de agosto de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0274771

ATO DE DIÁRIA Nº 0274757/2024-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Buritituba/RO aos municípios de Nova Mamoré, Machadinho do Oeste e Ariquemes/RO, no período de 31/08/2024 a 02/09/2024, para conduzir veículo e realizar a segurança do deputado estadual Delegado Lucas durante o cumprimento de agenda parlamentar, conforme processo nº 100.055.000312/2024-16.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174160	Alex dos Santos Souza	Assessor de Segurança	Assessoria de Segurança

Porto Velho, 28 de agosto de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0274757



ATO DE DIÁRIA Nº 0274830/2024-SUP-RH/DEP-PREV/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Colorado do Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Corumbiara e Vilhena/RO, no período de 28/08/2024 a 31/08/2024, para acompanhar o deputado estadual Ezequiel Neiva, como segurança e motorista, no cumprimento da agenda, conforme processo nº 100.048.000120/2024-91.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173834	Sinemar Luiz de Souza	Secretário de Segurança Institucional Adjunto	Secretaria de Segurança Institucional

Porto Velho, 28 de agosto de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral
SEI nº 0274830

SECRETARIA-GERAL**ATO N.º 13/2024-SG/ALE**

Expediente Especial no período eleitoral no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Resolução n.º 461, de 13 de novembro de 2019, em conjunto com a Lei Complementar n.º 1.056, de 28 de fevereiro de 2020, com vistas à eficiência e duração razoável dos processos administrativos:

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer expediente especial a todos os setores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, durante o período eleitoral, onde o horário será de 7h30min às 13h30min nos dias: segunda, quarta, quinta e sexta-feira, nas terças-feiras expediente normal das 8h às 12h e das 14h às 18h.

§1º Em casos excepcionais e previamente autorizado pela Secretaria Geral, poderá o Gabinete Parlamentar definir seu respectivo expediente.

§2º Em caso de segundo turno, prevalece o disposto no Art. 1º deste Caput.

Art. 2º. Durante o período de expediente especial, os órgãos de natureza administrativa observarão o sistema de plantão e/ou sistema híbrido, destinado à manutenção das atividades essenciais do Poder Legislativo.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor no dia de sua publicação.

Porto Velho/RO, 28 de agosto de 2024.

(Assinado eletronicamente)

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário-Geral/ALE/RO

ADVOCACIA-GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2024

Processo Administrativo nº 100.173.000045/2024-22

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Contratada: GREEN4T SOLUÇÕES TI S/A

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço continuado de suporte técnico especializado on-site para ambiente de Data Center e subsistemas, abrangendo manutenção corretiva, preventiva, evolutiva, monitoramento e treinamento, conforme condições, quantidades, exigências estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência, para atendimento das necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, através da Superintendência de Tecnologia da Informação.

DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO: O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos contados a partir de sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogado, até o limite de 15 (quinze) anos, observado o interesse público e a critério do CONTRATANTE, na forma do artigo 114, da Lei Nº 14.133/2021.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Assembleia Legislativa de Rondônia, para o exercício de 2024, na seguinte classificação orçamentária:

Prog. de Trabalho: 01 126 1006 2405 240501

Natureza de Despesa: 44.90.52.30 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS

Fonte de Recurso: 1.500.0.00001 Recursos não Vinculados de Impostos

DO VALOR: O valor do presente Contrato é de R\$ 1.731.815,00 (Um milhão, setecentos e trinta e um mil, oitocentos e quinze reais).

DO FORO: As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente Contrato, o qual depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelas partes contratantes, em duas vias e registrado às fls 09, do Livro de Registro de Contratos do ano de 2024, da Advocacia Geral/ALE-RO.

Porto Velho/RO, 13 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO JOSÉ MARTIN, Usuário Externo**, em 20/08/2024, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ FERNANDO DE ALMEIDA ANDRADE JÚNIOR, Usuário Externo**, em 27/08/2024, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arildo Lopes da Silva, Secretário Geral**, em 27/08/2024, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador 0269124 e o código CRC E5CB044A.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 017/2018

Processo Administrativo nº 100.021.000909/2023-69

A UNIÃO, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, neste ato representado por sua Diretora-Geral, ILANA TROMBA, e a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA - ALERO**, neste ato representada por seu Presidente, Deputado Estadual MARCELO CRUZ DA SILVA, tendo em vista a manifestação do Órgão Técnico, documento nº 00100.144125/2023-17, a anuência da ACORDANTE, documento nº 00100.144132/2023-19, o Parecer nº 567/2023 - ADVOSF, documento nº 00100.157847/2023-31, a autorização da Sra. Diretora-Geral, documento nº 00100.203758/2023-74, e as demais informações contidas no Processo nº 00200.009090/2023-42, resolvem aditar o Acordo de Cooperação Técnica nº 017/2018, com base na sua Cláusula Décima Primeira, na Política de Contratações do Senado Federal (instituída pelo Anexo V do RASF, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022), no Ato nº 9/2015 da Diretoria-Geral do Senado, na Lei nº 8.666/93 e na legislação correlata, e nas seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O Acordo de Cooperação Técnica nº 017/2018 fica prorrogado de 12 de dezembro de 2023 a 11 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas as demais Cláusulas e condições constantes do Acordo original não expressamente alteradas por este Termo.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2023.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

MARCELO CRUZ DA SILVA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA -
ALERO



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO Nº 009 SG-SPO/2024

Promove adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorizações contidas no § 1º do art. 8º, *caput* e do art. 9º, da Lei n.º 5.733, de 09 de janeiro de 2024 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2024 e Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Promover adequação ao orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores especificados abaixo:

BASE LEGAL:

() Alteração de Elemento de Despesa (LOA art. 8º, §1º) (x) Remanejamento de Dotações (LOA art. 9º, I) () Crédito para Despesa com Pessoal (LOA art. 9º, II)

PROGRAMAÇÃO:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.122.1006.2406	FORTALECER A ESTRUTURA DO PODER LEGISLATIVO	44.90.51	1500	500.000,00
TOTAL				500.000,00
Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA				
01.001.01.031.2126.2409	PROMOVER A ATIVIDADE LEGISLATIVA E A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	33.90.14	1500	500.000,00
TOTAL				500.000,00

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Porto Velho, 27 de agosto de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral